



RELATÓRIO DE GESTÃO

2021

SENADO
FEDERAL





SENADO FEDERAL



RELATÓRIO DE GESTÃO

BRASÍLIA

SENADO FEDERAL

Comissão Diretora

Rodrigo Pacheco
PRESIDENTE

Senador Veneziano Vital do Rêgo
PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE

Senador Romario
SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE

Senador Irajá
PRIMEIRO-SECRETÁRIO

Senador Elmano Férrer
SEGUNDO-SECRETÁRIO

Senador Rogério Carvalho
TERCEIRO-SECRETÁRIO

Senador Weverton
QUARTO-SECRETÁRIO

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

Senador Jorginho Mello
Senador Luiz Carlos do Carmo
Senadora Eliziane Gama
Senador Zequinha Marinho

Gustavo A. Sabóia Vieira
SECRETÁRIO-GERAL DA MESA

Ilana Trombka
DIRETORA-GERAL

DECLARAÇÃO DA DIRETORA-GERAL, ILANA TROMBKA



Desde 2020 temos enfrentado desafios inéditos e buscado soluções inovadoras na Administração Pública, para enfrentar um cenário completamente desconhecido e jamais vivido em nossa história. Impossível compreender 2021 e 2022 dissociados da realidade da Pandemia e de todas as mudanças na ordem social desde então. Mas, apesar da linha parcial de continuidade que se inicia em 2022, podemos dizer, imbuídos de esperança e otimismo, que o biênio sobre o qual nosso relatório se debruça, marca o início de um novo tempo.

Esta ideia se traduz no Relatório de Gestão que hoje apresentamos. Muitas foram as realizações no biênio que devemos destacar. Sempre utilizando nossa Carta de Compromissos como elemento norteador, saímos deste período conturbado mais fortes e experientes. O Senado pós -Pandemia mantém a conexão com a sociedade e reforça novos valores. É um Senado mais democrático, inclusivo, sustentável, equânime e tecnológico. Nossa Casa Legislativa está cada vez mais sintonizada com a sociedade e preparadas para um futuro, que na prática, se antecipou.

Para tornar tangíveis estas considerações, gostaria de antecipar alguns dados e números que aparecem neste relatório, no sentido de mostrar como nosso projeto vem sendo implementado. Primeiramente devemos apontar para a exuberante produção na atividade legislativa durante este período, o que comprova a capacidade de reação do nosso corpo funcional e dos parlamentares frente a crises e desafios inesperados. Utilizando a ferramenta do Sistema de Deliberação Remoto (SDR), criada pelo Prodasen e adotada ainda em 2020, o Senado não parou de trabalhar e produziu de forma substantiva. Em 2021 a Casa apreciou 2.922 matérias legislativas, entre as quais se destacam: 14 Propostas de Emenda à Constituição, 69 Medidas Provisórias, 15 Projetos de Lei Complementar, 312 Projetos de Lei e 80 Projetos de Decreto Legislativo.

Aliada a esta intensa atividade legislativa, vamos incrementando, cada vez mais, os canais de comunicação com os cidadãos brasileiros. O e-Cidadania, por exemplo, portal criado em 2012 com o objetivo de estimular maior participação popular nas atividades parlamentares, orçamentárias, de fiscalização e de representação do Senado, revela números promissores. Foram recebidas 11.560 novas Ideias Legislativas cadastradas por 6.590 autores distintos, sendo 208 ideias vindas de estudantes em 409 instituições de ensino. Trinta e uma destas ideias foram convertidas em sugestões e passaram a tramitar depois que receberam mais de 20 mil apoios da população.

A participação do Senado nas redes sociais também deu um grande salto. A página do Senado no Facebook tornou-se o terceiro perfil governamental do país e o trigésimo oitavo em nível mundial. Nosso perfil na rede Twitter ganhou 92 mil novos seguidores em 2021. E a conta no Instagram é o segundo maior perfil governamental do Brasil, com 1,8 milhão de seguidores.

Outro setor que merece destaque é o da sustentabilidade. No segundo semestre de 2021, foi elaborado o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PGLS) para o período 2022-2023. O Plano aponta para o futuro e para o alinhamento da Casa com os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) até 2030. Mas não podemos esquecer dos resultados já obtidos. A título de exemplo, entre as várias reduções de consumo do Senado, foram usadas 6.942 resmas de papel A4 em 2021. Este número era de 16.563 em 2019.

E finalmente devemos falar do trabalho em defesa da equidade que o Senado vem capitaneando. Temos mapeadas todas as condições de gênero e raça dentro da Casa, proporcionando assim, um mosaico atualizado, que nos ajuda a planejar um futuro cada vez mais justo e igualitário no que diz respeito as representações étnicas e minorias em geral. Hoje, temos orgulho em dizer, que 50 por cento dos cargos da alta direção do Senado já são ocupados por mulheres, uma realidade pouco vista em nosso país. Recentemente lançamos a Rede Equidade que envolve 10 órgãos federais nesta luta que é de todos. O Relatório de Gestão é a materialização do nosso projeto de trabalho e que agora entregamos com a sensação de dever cumprido.

Boa leitura a todas e todos.

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

SUMÁRIO

1

CONTEXTO ORGANIZACIONAL

VISÃO GERAL DO SENADO FEDERAL	08
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	12
GOVERNANÇA CORPORATIVA	16
POLÍTICAS CORPORATIVAS	20
GESTÃO DE RISCOS	24

2

ATIVIDADE PARLAMENTAR

SENADO FEDERAL	28
CONGRESSO NACIONAL	30

3

RELACIONAMENTO COM O CIDADÃO

RELACIONAMENTO COM O CIDADÃO	34
E-CIDADANIA	35
OUVIDORIA	38
DATASENADO	41

4

GESTÃO COM RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

AÇÕES DE EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA	46
ACESSIBILIDADE	51
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	55

5

RESULTADOS DA GESTÃO

GESTÃO CORPORATIVA	61
GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	64
GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	71
GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA	76
GESTÃO DE PESSOAS	89
GESTÃO DE CUSTOS	91
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	92

6

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	96
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	98



CONTEXTO ORGANIZACIONAL

1

CAPÍTULO

VISÃO GERAL DO SENADO FEDERAL

O Senado Federal é um dos órgãos que compõem o Poder Legislativo. Suas funções principais são a legislativa e a fiscalizadora. Estas funções estão formalizadas na Constituição Federal de 1988 e são os elementos essenciais da missão do órgão. A missão (propósito da organização) e a visão (estado futuro que a instituição pretende alcançar), elementos estratégicos norteadores da estratégia da instituição, foram determinadas no Ato da Comissão Diretora nº 5, de 2015. Estes são elementos estratégicos importantes para o direcionamento do órgão e, juntamente com os objetivos, diretrizes e valores, apresentados mais à frente neste relatório, têm sido utilizados para determinar e priorizar as ações de gestão da Casa.

A cadeia de valor constitui base fundamental para a análise e o diagnóstico da estrutura formal de uma instituição. Sua importância assenta-se no diagnóstico do grau de congruência entre os processos existentes e seu arcabouço de suporte, permitindo maior alinhamento entre ambos e, conseqüentemente, maior efetividade dos objetivos estratégicos pretendidos.

No que tange à cadeia de valor do Senado Federal, foram identificados dois grandes blocos de processos:

1) Atividade Parlamentar; e

2) Estratégia, Gestão e Suporte Organizacional. Os processos de atividade parlamentar são aqueles que impactam diretamente os beneficiários externos: no caso do Senado Federal, a sociedade e os Estados federados.

Os processos de estratégia, gestão e suporte organizacional são aqueles que apoiam os processos de atividade parlamentar, coordenando, controlando e direcionando recursos financeiros, humanos, materiais, tecnológicos, entre outros.

CADEIA DE VALOR

MISSÃO

Exercer a representação das Unidades da Federação e as funções legislativa e fiscalizadora, fortalecendo o modelo democrático federativo, incentivando a participação da sociedade e a integração dos Estados, e promovendo, com justiça social, a qualidade de vida do povo brasileiro.

ATIVIDADE PARLAMENTAR

- Processo Legislativo
- Fiscalização e Controle das Políticas Públicas
- Investigação e Inquérito Parlamentar

VISÃO

Ser referência de instituição legislativa reconhecida por sua excelência no exercício de suas funções constitucionais, com a participação da sociedade, caracterizando-se como alicerce da democracia, da federação e do desenvolvimento sustentável, e reconhecida por sua excelência no exercício da governança e gestão pública.

Estratégia, Gestão e Suporte Organizacional

- Desenvolvimento Organizacional
- Relações e Comunicação Institucional
- Gestão de Pessoas
- Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil
- Segurança Institucional
- Gestão de Tecnologia da Informação
- Gestão da Informação
- Consultoria Legislativa
- Assessoria Jurídica
- Educação Corporativa
- Auditoria Interna
- Secretariado do Processo Legislativo
- Administração e Logística

Desenvolvimento Organizacional

Abrange os processos relacionados a governança e estratégia

Administração e Logística

Envolve os processos relacionados a contratação, gestão patrimonial, gestão de infraestrutura e gráfica

Relações e Comunicação Institucional

Contempla os processos relacionados a transparência e comunicação

Consultoria Legislativa

Compreende os processos de consultoria técnica legislativa e orçamentária

ESTRUTURA DO SENADO FEDERAL

A estrutura organizacional do Senado Federal é dinâmica e tem sido alterada de maneira contínua para se adaptar às mudanças do ambiente, para facilitar a implantação da estratégia e para atender às necessidades dos clientes e usuários do órgão. Entende-se que a estrutura não deve ser tida como uma restrição, algo que limita a atuação do órgão, mas como um instrumento que torna a entrega de resultados mais eficiente, efetiva e eficaz.

A estrutura atual do Senado Federal é representada no organograma seguinte. Nele são apresentadas as unidades legislativas e administrativas que compõem o órgão:

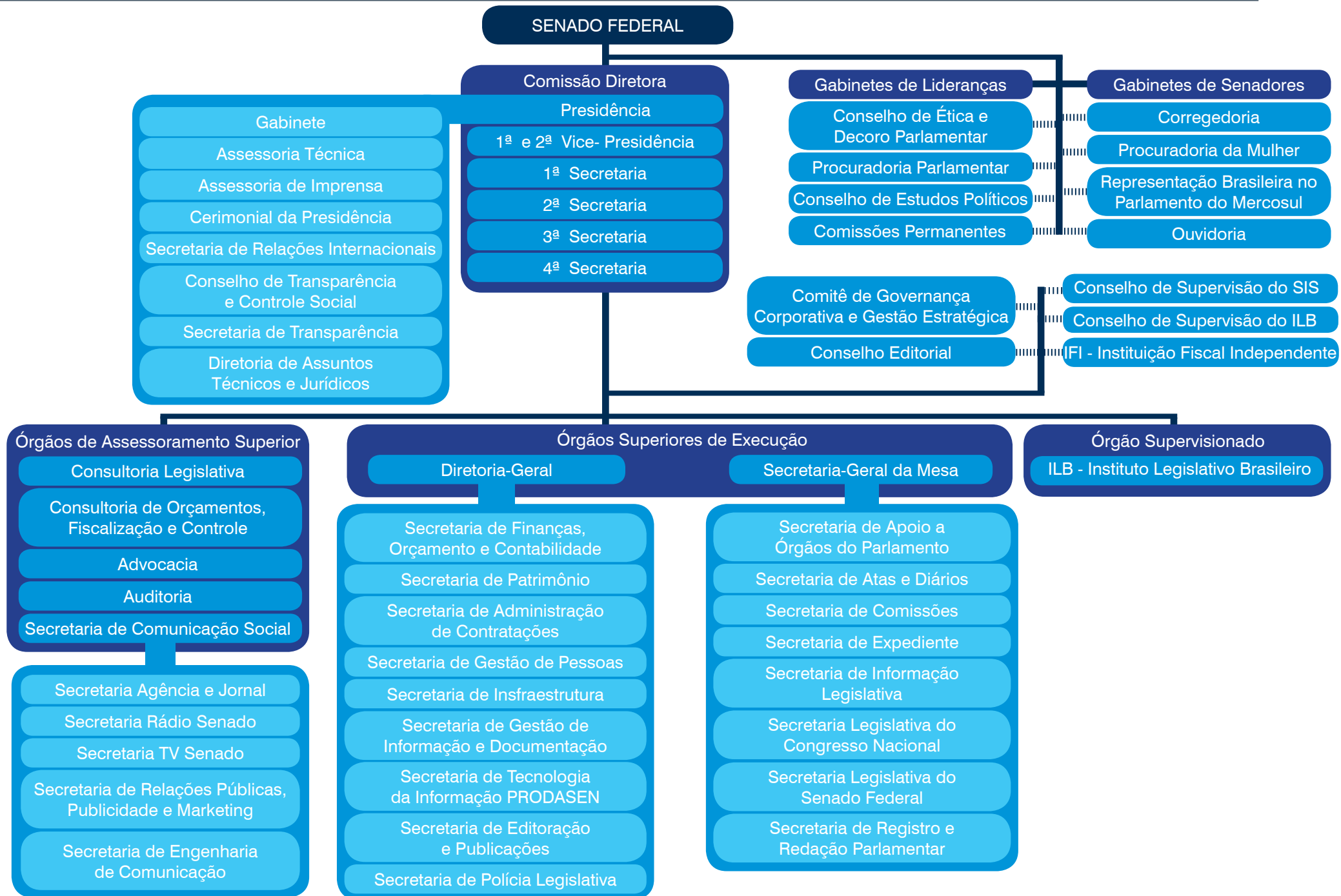


Figura adaptada. Organograma criado em 2015. (EGOV - 2018)

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Desde 2015, o Senado Federal conta com um conjunto de elementos estratégicos, que devem nortear as ações da gestão da Casa até 2023. Neles, encontram-se a missão, visão, valores e objetivos estratégicos da instituição (Ato da Comissão Diretora nº 5, de 2015). Esses elementos ajudam a definir uma perspectiva de longo prazo para a gestão da Casa, deixando claro para todos os colaboradores e para a sociedade em que patamar o Senado pretende estar daqui a alguns anos e o caminho que vai percorrer para chegar lá.

Para também prover uma visão de médio e curto prazo para estratégia, além dos elementos citados, existem também os resultados-chave (KR).

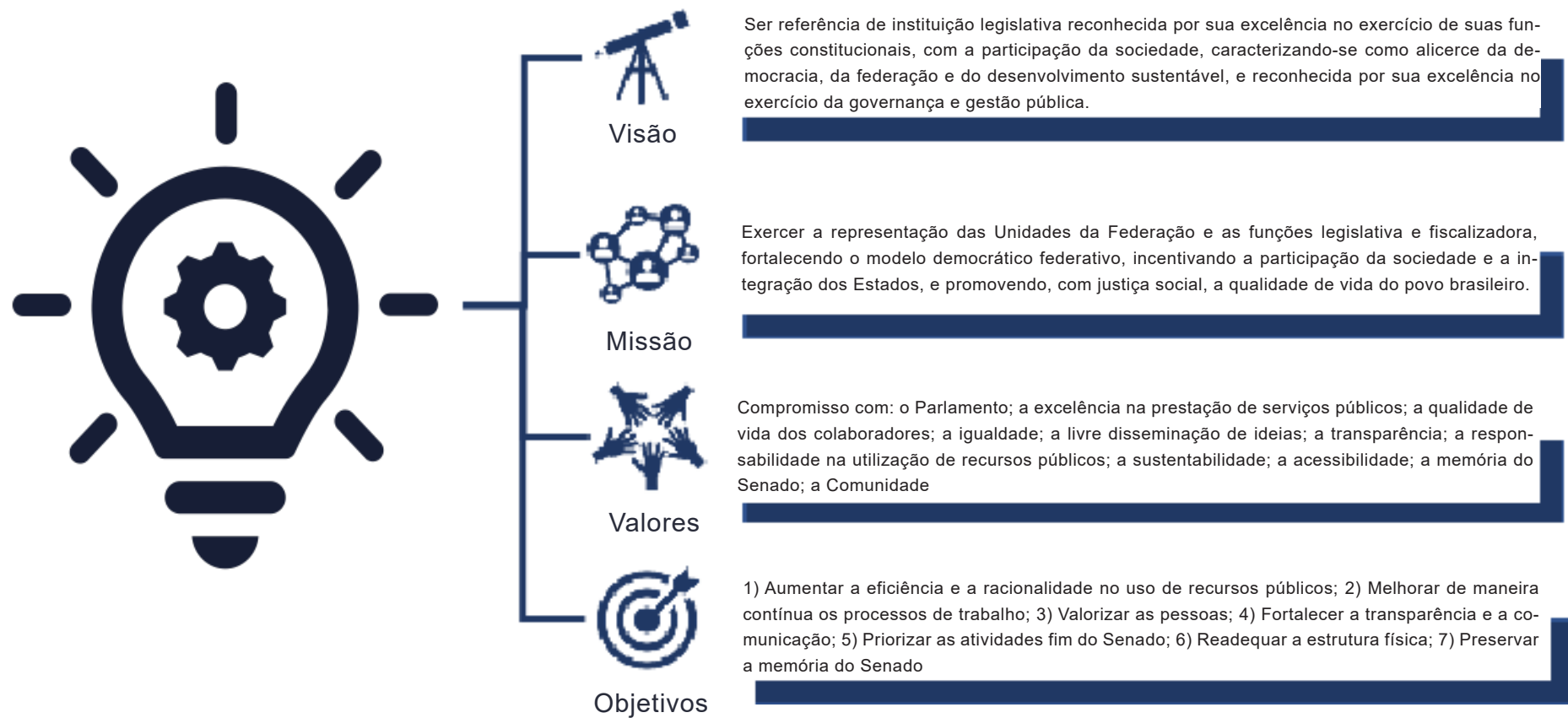
Estes fornecem parâmetros para sabermos se os objetivos traçados estão sendo alcançados. E aliado a cada resultado-chave existem um indicador.

Assim, a estrutura de elementos da estratégia fica organizada da seguinte maneira:



Elementos estratégicos da administração do Senado Federal		
Elementos	Missão, visão, valores e objetivos	Resultados-chave
Ato de publicação	Ato da Comissão Diretora nº 5 de 2015	Ato Conjunto da Secretaria-Geral da Mesa e da Diretoria-Geral nº 1 de 2021
Vigência	2023	2023

ELEMENTOS ESTRATÉGICOS: MISSÃO, VISÃO, VALORES E OBJETIVOS



RESULTADOS-CHAVE DO SENADO FEDERAL

Os resultados-chave foram estabelecidos por meio do ato conjunto SGM e DGER nº 1 de 2021 e se relacionam diretamente aos objetivos apresentados anteriormente:

Diante da variabilidade de cenário, cada vez maior nos últimos anos, buscou-se utilizar uma sistemática de planejamento que fosse mais simples, objetiva e flexível, a chamada OKR (Objectives and Key Results). Esta sistemática já é utilizada por grandes empresas do setor privado há alguns anos e mais recentemente começou a ser adotada por diversos órgãos e empresas públicas.

É importante destacar que os elementos estratégicos têm como intuito aumentar o foco em determinados pontos de oportunidade e melhoria identificados. Com isso, é natural que em cada ciclo da estratégia, como este que vai até o início de 2023, exista um número maior de OKRs relacionados a temas específicos.

O acompanhamento dos OKRs se dá de maneira mensal com a publicação dos resultados alcançados no mês anterior. No link abaixo estão os resultados obtidos até dezembro de 2021:

<https://www12.senado.leg.br/transparencia/prestacao-de-contas/paginas/RelatorioOKRsSFDEZ2021.pdf>

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O sistema de governança reflete a maneira como diversos atores se organizam, interagem e procedem para definir diretrizes e orientações à gestão da Casa. Envolve, portanto, as estruturas administrativas, os processos de trabalho, os instrumentos, o fluxo de informações e o comportamento de pessoas envolvidas direta, ou indiretamente, na avaliação, no direcionamento e no monitoramento da organização.

O sistema de governança do Senado Federal, no sentido amplo, decorre da própria Constituição, a qual preceitua que todo poder emana do povo (sociedade) e seu exercício dar-se-á, indiretamente, por meio dos seus representantes eleitos. Adicionalmente, a Constituição estabelece a missão e atribuições do Senado Federal, além das competências da Mesa e do Presidente, e atribui ao Plenário da Casa a competência privativa para, por meio de Resolução, promover mudanças do Regimento Interno bem como mudanças em sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços e a iniciativa de lei para a fixação da respectiva remuneração.

Realizando este mandato constitucional, o Regimento Interno institui e atribui à Comissão Diretora, composta pelos titulares da Mesa, o papel de Órgão Máximo de Governança Administrativa. Desta forma, nota-se que os princípios e pressupostos democráticos e representativos expressos na Carta se desdobram e permeiam, partindo da sociedade através de seus representantes, o sistema de governança corporativa do Senado Federal. Afinal, enquanto a Comissão Diretora exerce o papel de órgão máximo de governança administrativa da Casa, cabe ao Plenário eleger seus membros ou ainda, por iniciativa de qualquer Senador ou colegiado regimental, dispor sobre o seu funcionamento e atribuições.

Adicionalmente, o Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pelo Plenário por meio de Resolução estabelece as competências administrativas dos demais órgãos constituintes dos sistemas de governança e gestão corporativa, especialmente a Presidência e a Primeira-Secretaria. Esses atuam como Órgãos Executivos de Governança, cujas competências abrangem, no contexto corporativo: designação da gestão executiva e das instâncias de apoio à governança e gestão; avaliação de desempenho; supervisão dos atos e contratos administrativos; direcionamento, acompanhamento e avaliação da execução orçamentária e da estratégia; e aprovação e encaminhamento de planos e políticas corporativas para deliberação da Comissão Diretora.

O sistema de governança corporativa do Senado Federal vai além de sua origem e estrutura constitucional e representativa ao incorporar, através de um processo de modernização e de orientação para as partes interessadas difusas, boas práticas e referências em governança pública nos aspectos de transparência, prestação de contas e responsabilização. Nesse sentido, destacam-se a Ouvidoria, o Conselho de Transparência e Controle Social e o Serviço de Informação ao Cidadão. Cabe observar que alguns órgãos do Parlamento, como o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e a Corregedoria Parlamentar, também integram o sistema de governança corporativa, exatamente por essa sua estrutura política e representativa.

SISTEMAS DE GOVERNANÇA E GESTÃO CORPORATIVAS DO SENADO FEDERAL

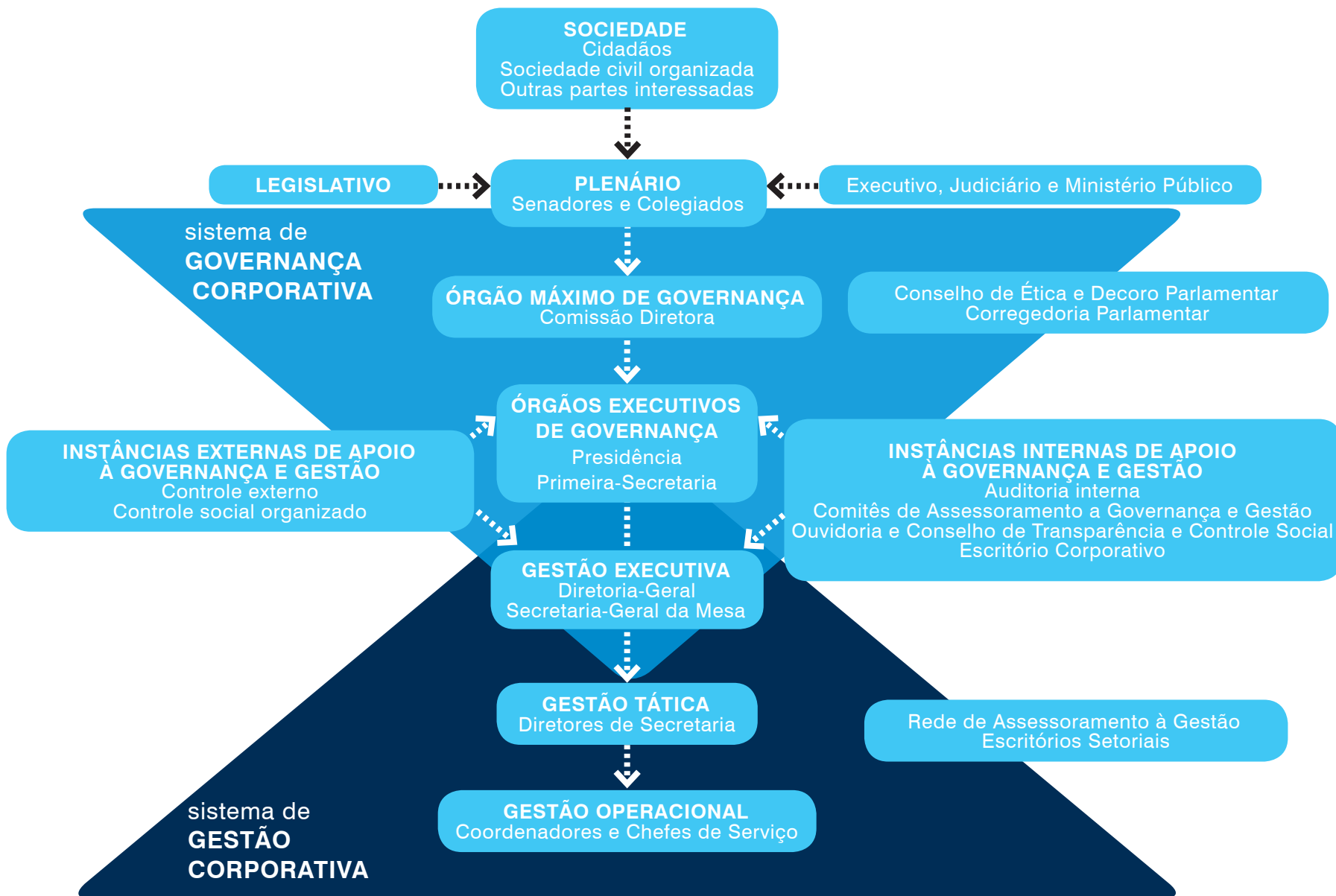


Figura adaptada – Sistema de Governança em órgãos e entidades da Administração Pública. Referencial Básico de Governança - TCU, 2014. (EGOV - 2018)

GOVERNANÇA DE TI NO SENADO FEDERAL

Em maio de 2015, o Senado Federal (SF) aprovou um projeto estratégico com o objetivo de instituir a Política de Governança de Tecnologia da Informação (PGTI), publicada em outubro de 2016, por meio do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2016, constante do Anexo I deste documento.

Essa Política definiu os papéis e as responsabilidades relativas à Governança e à Gestão de TI no SF, conforme apresentada na Figura 5.

O Comitê de Governança de TI (CGTI) é responsável por definir as estratégias, as estruturas e as responsabilidades relativas à Tecnologia da Informação no âmbito do SF. A partir destas definições, cabe à Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen) e aos demais provedores de serviços de TI, destacando-se a Secretaria de Comunicação Social (SECOM) e o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), atuarem na gestão de TI, provendo serviços nos termos acordados junto aos gestores de negócio das diversas áreas demandantes. Aos gestores de negócio, que também têm suas competências formalizadas na PGTI/SF, cabe fazer a gestão dos seus respectivos sistemas.

A Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGP) e o ILB têm a responsabilidade de prover as capacitações necessárias nas áreas de Governança e de Gestão de TI.

Ao Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica (EGOV), órgão subordinado à Diretoria-Geral do SF, compete a assessoria e o secretariado ao CGTI.

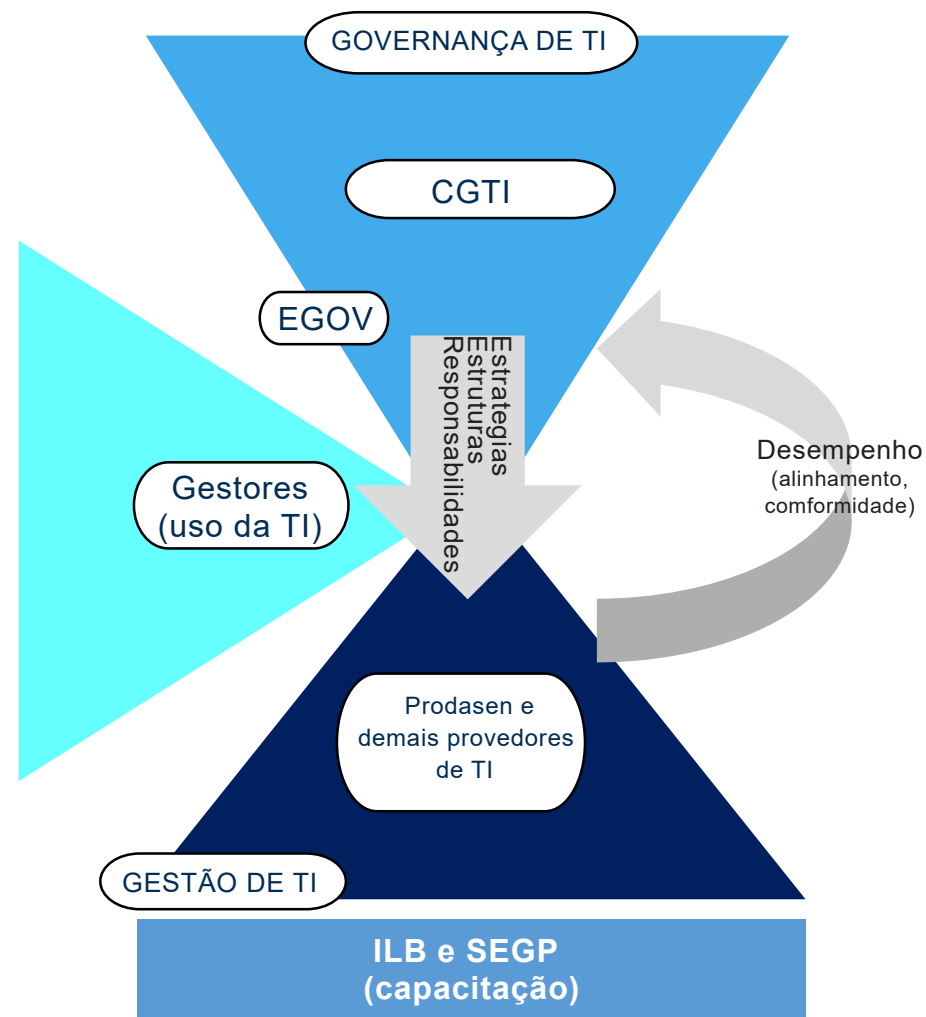


Figura 5 – Sistema de Governança de TI do Senado Federal.

GOVERNANÇA DE CONTRATAÇÕES

Com a publicação da Política de Contratações do Senado Federal (ATC nº 12/2014 – Anexo V do RASF), a Governança de Contratações no Senado Federal foi formalmente institucionalizada, por meio do estabelecimento de:

- Diretrizes da Política de Contratações;
- Comitê de Contratações; e
- Competências dos atores envolvidos no processo de contratações.

Desta forma, o Senado Federal, segundo o ciclo clássico de Governança

- Avalia as necessidades das áreas e as prioridades institucionais relacionadas às aquisições;
- Direciona as contratações do órgão por meio do Plano de Contratações;
- Monitora o desempenho das contratações, evitando que riscos e problemas ocorridos durante as contratações prejudiquem o atingimento dos objetivos organizacionais.

Dentre os benefícios gerados pelo estabelecimento do Sistema de Governança de Contratações, ressaltam-se:

- Priorização das contratações com foco institucional e não mais apenas segundo visões setoriais e não integradas;
- Definição clara de papéis, estabelecendo claramente as responsabilidades de cada ator envolvido no processo, destacando-se os papéis do Comitê de Contratações, dos órgãos técnicos e dos órgãos demandantes;
- Monitoramento contínuo das contratações, permitindo que o grau de execução do orçamento pudesse ser otimizado;
- Eliminação do problema relacionado à falta de integração entre o planejamento e a execução das contratações.

O estabelecimento do Sistema de Governança de Contratações no Senado Federal permitiu ao órgão ser considerado referência na área pelo Tribunal de Contas da União – TCU, tendo sido convidado a apresentar o seu case no evento “Diálogos Públicos”, destinado a trocar informações e conhecimentos com a sociedade, o Congresso Nacional e os gestores públicos.

Além disso, com a implantação do Sistema de Governança de Contratações, o Senado Federal passou a integrar os 5% dos órgãos mais maduros em Governança de Contratações, segundo análise realizada pelo TCU em 2017, que avaliou 482 órgãos da Administração Pública.

POLÍTICAS CORPORATIVAS

As políticas objetivam aprimorar e fortalecer os mecanismos de governança, orientando a atuação dos seus gestores e colaboradores. Adicionalmente, contribuem para aumentar a transparência sobre as práticas adotadas internamente na Casa. Elas definem ações, atribuem responsabilidades, orientam condutas, estabelecem o direcionamento estratégico e determinações para as atividades corporativas. As políticas corporativas podem ser acessadas pelo link <https://www12.senado.leg.br/transparencia/gestgov/politicas-administrativas>

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD

Antecipando-se à entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei nº 13.709/2018), a Diretoria-Geral instituiu em junho de 2020, pela Portaria DGER nº 1284/2020 um Grupo de Trabalho (GT) para propor sistemática geral de implementação no Senado Federal das determinações contidas nesta Lei. Uma das ações do GT foi realizar consultas à Advocacia para esclarecimento sobre a aplicação da Lei a serviços e ao acervo de dados pessoais coletados anteriormente a sua vigência e mantidos em diversas bases de dados. Outra ação muito importante foi a realização de um diagnóstico do tratamento conferido aos dados pessoais na Casa. Essa análise permitiu a proposição de ações voltadas a ajustes com intuito de minimizar o impacto da entrada em vigor da LGPD. A Ouvidoria foi definida como a porta de entrada das demandas dos titulares de dados pessoais, criando-se um fluxo de tramitação específico para essas demandas.

Dentre as medidas para internalizar a institucionalização da Lei, foi publicada a Política Institucional de Proteção de Dados Pessoais (APR nº 10/2020). Para dar efetividade a essa política, criou-se a Coordenação de Informação (COINF), dentro da Secretaria de Gestão da Informação e Documentação (SGIDOC). A COINF foi designada como Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais e atuou na redefinição das funções da Comissão Permanente de Acesso a Dados, Informações e Documentos do Senado Federal, que passou a funcionar também como órgão consultivo em relação aos procedimentos de tratamento de dados pessoais (APR nº 11/2020).

Política de Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores do Senado Federal (17/04/2018)
ATC nº 2/2018 - ANEXO IV

Institui no Senado Federal estrutura normativa com a finalidade de integrar os princípios e regras regentes das ações de aperfeiçoamento profissional do corpo funcional da Casa, tendo como objetivo principal o aprimoramento de conhecimentos individuais em favor do cumprimento das missões institucionais.

Plano de Capacitação Anual dos Servidores do Senado Federal

Compete ao ILB elaborar o PLANO DE CAPACITAÇÃO ANUAL DOS SERVIDORES DO SENADO FEDERAL – PCASF, que consiste em um instrumento básico de previsão de execução das ações educacionais de interesse da Casa.

Política de Contratações (17/04/2018)
ATC nº 2/2018 - ANEXO V

Institui no Senado Federal estrutura normativa objetivando a estruturação sistêmica, instrumentalização, papéis e responsabilidades com foco na racionalização administrativa, promovendo assim a economia de recursos públicos e maior eficiência administrativa.

Plano de Contratações

O Plano de Contratações é o documento que compila todo o planejamento de contratações de obra, aquisição de bens ou prestação de serviços, seja mediante procedimento licitatório ou por meio de contratação direta.

Política Corporativa de Segurança da Informação (16/06/2017)
ATC nº 9/2017

Institui no Senado Federal estrutura normativa cujo objetivo é estabelecer princípios, diretrizes estratégicas, responsabilidades, competências e subsídios para a implantação do sistema de gestão de segurança da informação, a fim de viabilizar e assegurar a disponibilidade, a integridade, a autenticidade e a confidencialidade das informações recebidas, produzidas, processadas, armazenadas e transmitidas pela Casa.

Política de Governança de Tecnologia da Informação (21/10/2016)***ATC nº 8/2016***

Institui no Senado Federal estrutura normativa que compreende objetivos, princípios, diretrizes, estruturas e competências, tendo por finalidade assegurar o alinhamento das práticas de governança, gestão e de uso da TI com as estratégias de negócio.

Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI/SF

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI/SF é elaborado pelo Comitê de Governança de TI – CGTI com duração de dois anos e contém o seguinte escopo: declaração das diretrizes de TI; definição das ações estruturantes relacionadas às diretrizes de TI; definição dos projetos voltados ao tratamento dos principais riscos de TI identificados; definição dos projetos voltados ao atendimento das áreas de negócio do SF; e definição dos indicadores para avaliação do desempenho da TI.

Política de Gestão de Riscos Organizacionais (26/06/2013)***ATC nº 16/2013***

Institui no Senado Federal estrutura normativa constituindo o conjunto de práticas para prevenir e tratar impactos negativos e potencializar impactos positivos ao ambiente organizacional, decorrentes de eventos ou ações internas ou externas.

Política de Acessibilidade (26/06/2013)***ATC nº 15/2013***

Institui no Senado Federal estrutura normativa objetivando a estruturação sistêmica, instrumentalização, papéis e responsabilidades no desenvolvimento de ações destinadas particularmente a garantir os direitos das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida no âmbito do Senado Federal.

Plano de Acessibilidade

O Plano de Acessibilidade é o atual instrumento de gestão adotado pela Casa na implementação de ações relacionadas à promoção de acessibilidade às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Política de Responsabilidade Socioambiental (21/03/2013)
ATC nº 4/2013

Institui no Senado Federal estrutura normativa objetivando a estruturação sistêmica, instrumentalização, papéis e responsabilidades no desenvolvimento de ações econômica, social e ambientalmente sustentáveis.

Plano de Gestão de Logística Sustentável – PGLS

O Senado, por meio do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais – NCAS, elabora para cada biênio o Plano de Gestão de Logística Sustentável – PGLS do Senado Federal, uma ferramenta de planejamento que estabelece práticas de sustentabilidade e de racionalização dos gastos institucionais e dos processos administrativos e se caracteriza por ser uma agenda estruturante para uma atuação socioambientalmente correta.

Plano de Equidade de Gênero e Raça

O Plano de Equidade de Gênero e Raça é um instrumento de gestão que permite à direção quantificar, acompanhar, orientar e avaliar as ações implementadas durante o período entre 2019 e 2021.

GESTÃO DE RISCOS

O modelo de governança do Senado Federal visa garantir a geração do valor esperado pela sociedade. No entanto, como ocorre em qualquer organização, os ambientes interno e externo são marcados por incertezas que podem comprometer a capacidade de gerar, preservar ou entregar valor, impactando o alcance de objetivos estabelecidos.

Para se prevenir e tratar dos efeitos negativos, potencializando os impactos positivos à instituição, o Senado Federal instituiu, por meio do ATC N°16, de 2013, a sua Política de Gestão de Riscos Organizacionais, baseada na norma internacional “ABNT NBR ISO 31000 – Gestão de riscos”, estabelecendo-se as seguintes diretrizes:

- observar os princípios de governança corporativa;
- buscar cooperação entre as unidades do Senado Federal no planejamento e na gestão de riscos organizacionais e segurança corporativa;
- observar requisitos e padrões compatíveis com as normas e práticas nacionais e internacionais de gestão de riscos organizacionais e segurança corporativa;
- capacitar contínua e adequadamente os servidores e os colaboradores do Senado Federal para o exercício de suas atribuições no que concerne aos riscos organizacionais e à segurança corporativa;

- assegurar que os processos organizacionais críticos do Senado Federal tenham planos de continuidade operacional;
- assegurar que as unidades administrativas do Senado Federal realizem a gestão de riscos em seus processos críticos;
- evitar a ocorrência de incidentes de segurança corporativa no Senado Federal e assegurar que os incidentes de segurança corporativa identificados tenham tratamento, orientação e respostas adequados;
- assegurar que servidores e colaboradores tenham ciência de suas responsabilidades quanto aos riscos organizacionais e à segurança corporativa do Senado Federal.

PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS

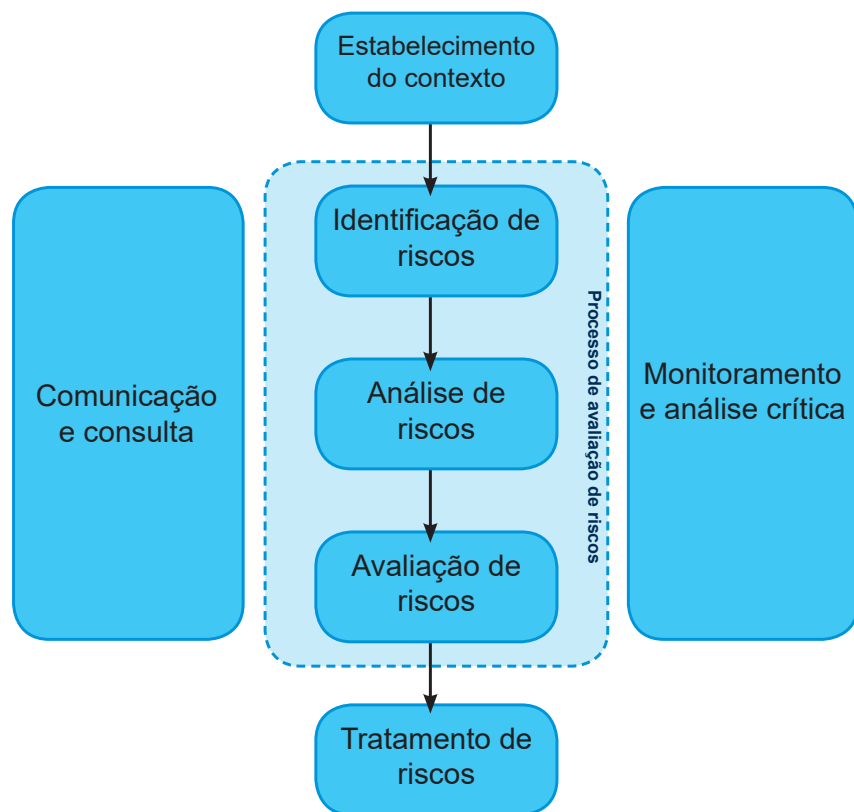


figura 1.

Além da Política de Gestão de Riscos, foi customizado um processo baseado na Norma ISO 31.000, conforme figura 1. Este processo está disponível no Repositório Corporativo de Processos do Senado Federal para utilização por todas as áreas do órgão, com o devido suporte técnico no EGOV.

O Senado Federal conta com um conjunto de elementos es-

tratégicos, que devem nortear as ações da gestão da Casa até 2023. Neles, encontram-se a missão, visão, valores e objetivos estratégicos da instituição. Esses elementos ajudam a definir uma perspectiva de longo prazo para a gestão da Casa.

Com o intuito de estabelecer também uma visão de médio e curto prazo para a estratégia, além dos elementos citados, existem também os resultados-chave (KR). Aliado a seus indicadores, fornecem parâmetros para sabermos se os objetivos traçados estão sendo alcançados.

O acompanhamento destes resultados-chave, e consequentemente dos objetivos, ocorreu mensalmente, momento em que os responsáveis pelos KRs reportavam a expectativa de atingimento até o final do ciclo. Essa expectativa era uma forma de se verificar o risco. Além disso, eram relatadas as barreiras que por ventura surgiram e poderiam estar afetando ou poderiam vir a afetar o atingimento do KR, o que caracteriza também uma gestão de riscos e problemas.

Processo semelhante é utilizado no gerenciamento dos projetos estruturantes de Tecnologia da Informação. Por meio do monitoramento contínuo realizado pelo EGOV, os riscos são identificados, avaliados e tratados, incluindo o escalonamento dos riscos mais críticos ao Comitê de Governança de TI, quando necessário.

Em 2020, foi realizada a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) 2020-2022 do Senado Federal, que teve, dentre suas etapas de construção,

uma em especial destinada à identificação, avaliação e definição das ações de tratamento de riscos. Estes riscos, apesar de serem, inicialmente, considerados riscos de TI, na verdade são riscos relacionados ao “negócio” do Senado Federal, uma vez que a concretização destes riscos impacta negativamente os processos de negócio do órgão. Desta forma, os três principais provedores de serviços de Tecnologia da Informação do Senado Federal: Prodasen, Secretaria de Comunicação Social e Instituto Legislativo Brasileiro realizaram, em um primeiro momento, a identificação e análise qualitativa dos principais riscos de TI. Esta avaliação de riscos foi ampla e contemplou diversas dimensões, tais como: serviços de TI providos, aspectos de segurança da informação, infraestruturas tecnológica e física, processos de desenvolvimento e de gestão de serviços de TI, e pessoas.

Isto resultou em um conjunto dos riscos de TI mais significativos, sendo todos analisados em relação às suas respectivas probabilidades e impactos no caso de concretização. Além disso, para cada risco, foram propostas ações de tratamento.

De posse das avaliações de riscos e propostas de ações de tratamento, o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação do Senado Federal pôde analisar as avaliações de riscos realizadas e, então, deliberar sobre o tratamento adequado a cada um dos riscos avaliados. O tratamento dos riscos de TI avaliados resultou na definição de um novo portfólio de projetos estruturantes de TI, conforme consta no Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2020-2022, disponibilizado no Portal da Transparência do Senado Federal.

Nesse contexto, merece destaque o Sistema de Deliberação Remota – SDR, estabelecido por meio do Ato da Comissão Diretora Nº 7, de 2020, consistindo-se numa solução tecnológica para viabilizar a discussão e votação de matérias, a ser usada exclusivamente em situações de extrema necessidade que impeçam ou inviabilizem a reunião presencial dos Senadores no edifício do Congresso Nacional ou em outro local físico.



ATIVIDADE PARLAMENTAR

2

CAPÍTULO

ATIVIDADE PARLAMENTAR

Em virtude da pandemia, o Senado Federal precisou se reinventar para viabilizar o trabalho legislativo de modo participativo, democrático e transparente.

No primeiro semestre de 2021, o Senado permaneceu trabalhando sob o regime de sessões remotas diante da necessidade de manter as medidas de distanciamento social, o que possibilitou que projetos importantes para o país fossem aprovados.

Sensível à necessidade de tornar possível o retorno gradual e seguro das atividades das comissões temáticas, a Comissão Diretora do Senado regulamentou o funcionamento das sessões e reuniões remotas e semipresenciais no Senado Federal e a utilização do Sistema de Deliberação Remota – SDR no âmbito das comissões por meio do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021, publicado em 16/07/2021.

O SDR consiste em solução tecnológica que viabiliza a realização de sessões e reuniões, remotas e semipresenciais, tendo sido desenvolvido de forma pioneira pelo Senado Federal em 2020 e aprimorado em 2021. Com o auxílio do SDR, foi possível conciliar a participação dos Senadores que preferiam participar dos trabalhos legis-

lativos de forma remota com os que queriam participar presencialmente.

Outra ação importante foi a conclusão da instalação da infraestrutura e equipamentos necessários à realização das reuniões remotas. As soluções tecnológicas adotadas permitiram que as reuniões prosseguissem, inclusive, com maior facilidade de participação de especialistas e convidados, que já não precisam se deslocar até a sede do Senado Federal para serem ouvidos.

Senado Federal

Plenário do Senado Federal

O Senado Federal realizou, em 2021, 175 sessões plenárias: 98 deliberativas e 77 especiais ou de debates temáticos.

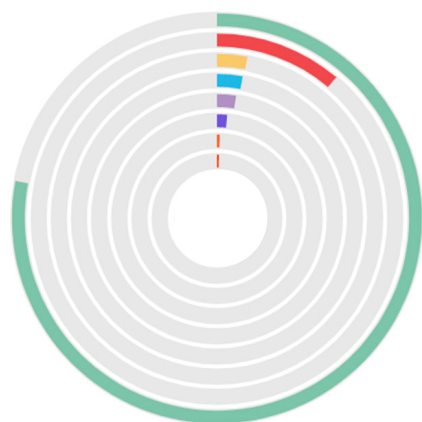
Sessões Plenárias realizadas e 2021



● Deliberativas ● Especiais ou temáticas

O Senado apreciou 2.922 matérias legislativas, entre os quais se destacam: 14 Propostas de Emenda à Constituição, 69 Medidas Provisórias, 15 Projetos de Lei Complementar, 312 Projetos de Lei, 80 Projetos de Decreto Legislativo, 44 Projetos de Resolução do Senado, 83 indicações de autoridade e 2.180 requerimentos.

Matérias Legislativas votadas em 2021



As informações detalhadas sobre as matérias apreciadas, as sessões realizadas e as indicações aprovadas podem ser acessadas por meio do painel legislativo de forma rápida e transparente. O acesso ao painel é disponibilizado [neste endereço eletrônico](#).

O Senado também disponibiliza Relatórios Mensais e Relatórios da Presidência em seu [Portal de Produtos Legislativos](#). Os Relatórios Mensais apresentam um consolidado de informações sobre sessões e reuniões plenárias, matérias legislativas deliberadas e atuação das comissões, entre outras, englobando o funcionamento do Senado Federal e do Congresso Nacional.

Os Relatórios da Presidência, por sua vez, consistem em um repositório de informações sobre o Processo Legislativo e a atuação dos Parlamentares ao longo da Sessão Legislativa, também incluindo o funcionamento do Senado Federal e do Congresso Nacional.

Projetos do Senado Federal

Encaminhamento eletrônico das Sessões do Senado Federal

A instituição das sessões remotas ressaltou a necessidade de adaptação dos procedimentos para que houvesse o menor trânsito possível de material impresso, ao mesmo tempo em que se almejava a possibilidade de produção e compartilhamento de material digital entre as diversas secretarias e os plenários.

Em maio de 2021, foi iniciado o uso do encaminhamento eletrônico nas sessões do Senado Federal, que consiste em documentos editados de forma compartilhada por servidores nos plenários e na Secretaria Legislativa do Senado Federal, e visualizáveis por outros setores, especialmente pelas Secretarias de Registro e Redação Parlamentar e de Atas e Diários. O encaminhamento eletrônico trata do roteiro geral das diversas fases da sessão, contendo comunicações da Presidência e encadeamento das fases de instrução, discussão e votação de matérias, com documentos de apoio para encaminhamento de votações pelas lideranças partidárias e controle de oradores. Nos plenários, é exibido o texto que será lido pelo Presidente durante a sessão em computador controlado pelo Secretário-Geral da Mesa, com possibilidade de edição. O uso compartilhado permite que os demais setores diminuam o retrabalho ao reproduzir as falas em seus sistemas próprios.

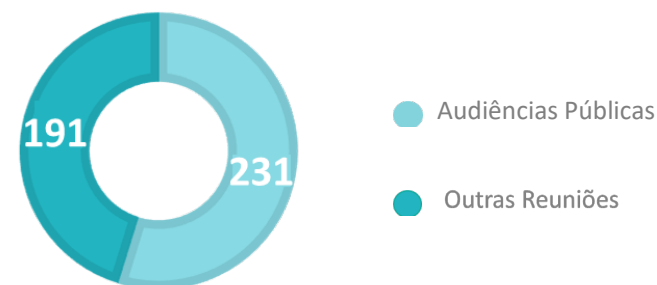
Comissões do Senado Federal

Em 2021, as comissões do Senado Federal continuaram a se reunir nas modalidades remota e semipresencial, com a possibilidade de participação dos parlamentares e convidados por videoconferência e interação do público pelo portal e-Cidadania.

A Secretaria-Geral da Mesa, por meio da Secretaria de Comissões, concluiu a instalação da infraestrutura e equipamentos necessários à realização das reuniões virtuais nos plenários localizados nas alas Alexandre Costa e Nilo Coelho (Anexo II). Além disso, por meio de soluções tecnológicas desenvolvidas pelo Prodasen, inaugurou os novos sistemas de votação secreta e deliberação remota nas comissões.

Nesse último ano, as vinte comissões em funcionamento (quinze permanentes e cinco temporárias) realizaram 422 reuniões, sendo 231 delas audiências públicas.

Reunioes de Comissoes em 2021



As comissões permanentes realizaram 301 reuniões, em que proferiram 467 pareceres e tiveram a participação de 677 convidados das audiências públicas, que foram, na maior parte, ouvidos por videoconferência. Estima-se que as reuniões virtuais trouxeram uma economia de recursos da ordem de 60% nos gastos com diárias e passagens aéreas, o que reflete também em um impacto ambiental positivo com a redução da emissão de CO² na atmosfera.

Já a Coordenação de Comissões Mistas realizou reuniões da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) e da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados (CMMIR), e cadastrou o recebimento de 4.688 emendas apresentadas a 49 Medidas Provisórias editadas pelo Poder Executivo.

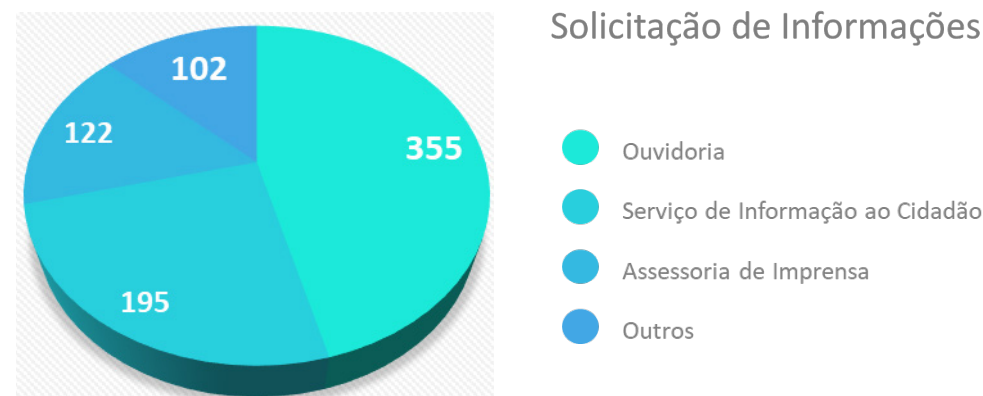
Outro destaque foi a realização da CPI da Pandemia que, após quase seis meses de trabalho, realizou 67 reuniões, das quais 58 sessões de oitivas, todas televisionadas pela TV Senado e amplamente divulgadas em vários meios de comunicação, em que foram ouvidas 61 pessoas, além das vítimas da covid.

A CPI concluiu seu relatório com o indiciamento de 78 pessoas físicas e 2 empresas, além de propor uma série de medidas legislativas para aperfeiçoar o ordenamento jurídico.

Pesquisa Legislativa do Senado Federal

A Secretaria-Geral da Mesa disponibiliza aos usuários e cidadãos o serviço de Pesquisa Legislativa cujo objetivo é atender aos pedidos de acesso a informações jurídico-legislativas do Senado Federal e do Congresso Nacional, além de atender e orientar o usuário, pessoal ou remotamente, a localizar as informações jurídico-legislativas divulgadas nos sítios do Senado Federal e do Congresso Nacional.

Em 2021, o Serviço de Pesquisa Legislativa atendeu 774 solicitações de informação. Os principais canais utilizados foram a Ouvidoria, com 355 solicitações, o Serviço de Informação ao Cidadão, com 195 solicitações, e a Assessoria de Imprensa, com 122 solicitações. Dentre os assuntos mais abordados destacam-se a nova Lei de Licitações, pedidos de impeachment de ministro do STF, sabinas de autoridades, o projeto de lei do piso salarial para a enfermagem, a CPI da Pandemia e as leis orçamentárias.



Número de pronunciamentos registrados no Senado Federal

O Senado realiza o registro do uso da palavra durante as sessões plenárias, em tempo real, e reuniões de comissões, inclusive as comissões mistas do Congresso Nacional, e demais eventos de interesse legislativo sediados no Parlamento.

Foram atendidas, no ano de 2021, cerca de 578 horas de sessões plenárias, em tempo real, publicadas no sítio do Senado Federal no mesmo dia. Em comissões, foram atendidas no ano cerca de 1.115 horas de reuniões de comissões on-line e outros eventos, incluídas as 390 horas dedicadas à CPI Pandemia, consolidando cerca de 1.693 horas, integralmente disponibilizadas como notas taquigráficas revisadas e publicadas na Internet e no Diário do Senado Federal.

Todas as notas taquigráficas compõem o Diário do Senado Federal e a ata das reuniões das Comissões. Esses documentos estão disponíveis na área de [Atividade Legislativa](#) do Portal do Senado e no site [Senado Multimídia](#), que disponibiliza o registro dos trabalhos legislativos em áudio e vídeo.

Congresso Nacional

O Congresso Nacional é a reunião da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, sendo presidido por este.

Resultados do Congresso Nacional

Em 2021, o Congresso Nacional realizou 27 sessões deliberativas, com apreciação de 43 Projetos de Lei do Congresso Nacional, 71 Vetos e 1 Projeto de Resolução. Também realizou 9 sessões solenes: 1 de inauguração da sessão legislativa, 3 de homenagens e comemorações, e 5 de promulgação de emenda constitucional. Ao final de 2021, o Congresso totalizou 36 sessões, todas no modelo semipresencial.

A Secretaria Legislativa do Congresso Nacional assessorou o processo legislativo de 43 projetos de lei, 3 projetos de resolução, 70 medidas provisórias, 71 vetos e 1 projeto de decreto legislativo. Além disso, produziu 71 estudos de vetos e 77 quadros comparativos de medidas provisórias e projetos de lei.

Tendo em vista as demandas decorrentes do modelo de trabalho remoto, uma série de documentos utilizados nas sessões migraram para o formato digital, como os encaminhamentos das sessões. Isso trouxe não apenas economia, mas também otimização de tempo e do trabalho de todos da equipe e também maior rapidez e fluidez do trabalho na preparação e na realização das sessões legislativas.

Modelos de sessões e reuniões do Congresso Nacional

As sessões do Congresso, durante a pandemia, passaram a ser realizadas no modelo remoto, separadamente, em cada Casa Legislativa, por inviabilidade dos sistemas de deliberação remota das Casas. O Sistema de Deliberação Remota foi instituído pelo Ato da Comissão Diretora (ATC) nº 7 de 2020 do Senado Federal.

Inicialmente, as sessões aconteciam no modelo totalmente remoto: na Câmara eram realizadas no Plenário, mas no Senado eram realizadas em um espaço de acesso restrito, localizado na Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado Federal - Prodasen. Após o período mais crítico, com a publicação do ATC nº 8/2021, passou-se ao formato semi-presencial. Os parlamentares poderiam tanto acompanhar, discutir e votar remotamente quanto presencialmente, dessa maneira, as sessões passaram a ser realizadas nos Plenários do Senado e da Câmara.

Outros normativos também foram importantes para possibilitar o pleno funcionamento das atividades relacionadas às proposições e tramitação no Congresso Nacional, como a Instrução Normativa nº 14 de 2020, que regulamentou os procedimentos para a apresentação de proposições e documentos legislativos de forma remota. Os Atos Conjuntos nº 1

e 2 de 2020, por sua vez, regulamentaram a forma como tramitariam e seriam deliberadas as Medidas Provisórias, vetos e Projetos de Lei do Congresso Nacional.

Projetos do Congresso Nacional

Simplificou

A nova página de tramitação unificada entre Senado Federal e Câmara dos Deputados foi desenvolvida para melhorar o acompanhamento da atividade legislativa no âmbito do Congresso Nacional.

As duas Casas Legislativas, Senado e Câmara, trabalharam conjuntamente para possibilitar maior facilidade ao cidadão. A primeira etapa do projeto foi concluída em 2018 e o Simplificou é justamente a segunda etapa.

A página de tramitação unificada mostra o processo legislativo de forma integrada e simples. Nessa página, são exibidas todas as fases da tramitação sobre o andamento da proposição nas duas Casas. O acesso pode ser feito por [este endereço eletrônico](#).

Glossário de Termos Orçamentários

O Grupo de Trabalho Permanente de Integração da Câmara dos Deputados com o Senado Federal foi responsável pela elaboração do [Glossário de Termos Orçamentários](#). Esta publicação tem o objetivo de padronizar e tornar mais acessíveis os termos técnicos adotados no âmbito do processo legislativo orçamentário.

Sistema de entrega digital das cédulas eletrônicas

Ao longo de 2021, foi desenvolvida a montagem e disponibilização digital da e-cédula, que permite aos parlamentares a votação eletrônica dos vetos presidenciais. A partir dessa evolução, passou a ser possível, a partir de 2022, a realização das sessões do Congresso Nacional no modelo de sessão conjunta, como era realizado anteriormente à pandemia. A sessão conjunta é o modelo definido constitucional e regimentalmente para a deliberação de vetos, daí a importância do sistema de entrega digital das células eletrônicas.

Encaminhamento eletrônico das Sessões do Congresso Nacional

O encaminhamento das sessões é um documento elaborado pela Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (SLCN) que contém todas as etapas possíveis de uma sessão. Nele são detalhados todos os passos, explicações e comandos necessários para se completar o processo legislativo como definido nos normativos. É um instrumento importantíssimo para o perfeito andamento de uma sessão do Congresso Nacional, servindo de base para a atuação do Presidente durante as sessões. Até outubro de 2021, todos os encaminhamentos eram impressos. A partir dessa data, foi implementado com sucesso o encaminhamento eletrônico, uma solução que permite ao Presidente de cada sessão ler o encaminhamento numa tela de computador espelhada do computador do Secretário-Geral da Mesa, que manuseia e controla o documento. Alterações no encaminhamento podem ser feitas em tempo real pelos servidores da SLCN, porque o documento é colaborativo, com atualizações em tempo real, conforme o desenrolar das discussões e votações em Plenário exigirem. Essa mudança permitiu uma redução expressiva no uso de papel, já que não é raro os encaminhamentos passarem de 100 páginas. Essa solução foi fortemente inspirada no modelo usado para as sessões do Senado Federal, que têm seu encaminhamento eletrônico há mais tempo.



RELACIONAMENTO COM O CIDADÃO

3

CAPÍTULO

RELACIONAMENTO COM O CIDADÃO

Visando à manutenção de uma interação ética e responsável com a sociedade, o Senado Federal, ao cumprir o dever constitucional de publicidade e transparência, garante acesso a informações administrativas e legislativas de forma simples e ágil, bem como oferece aos cidadãos instrumentos de participação no processo parlamentar.

Para sustentar e garantir a contínua disponibilização de informações à sociedade e o célere atendimento às demandas dos cidadãos por informação, o Senado Federal se estruturou organizacionalmente e implantou diversas práticas, que são permanentemente atualizadas e modernizadas. Dentre elas merece destaque o lançamento do [Portal da Transparência](#), em 2009, sendo um grande marco da atuação do Senado Federal (SF) na disponibilização de informações à sociedade, anos antes da Lei de Acesso à Informação (LAI), que regulamentou dispositivo constitucional sobre a matéria.

Também são disponibilizados canais de atendimento à população para que se possa praticar a transparência passiva via [Ouvidoria](#) e [Serviço de Informação ao Cidadão \(SIC\)](#):

- Portal do Senado – SIC Formulário Eletrônico;
- 0800 61 22 11;
- Atendimento Presencial – Balcão do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC);



O e-Cidadania é um portal criado em 2012 pelo Senado Federal com o objetivo de estimular e possibilitar maior participação dos cidadãos nas atividades legislativas, orçamentárias, de fiscalização e de representação do Senado.

Existem três ferramentas de participação disponíveis no e-Cidadania, que são: Ideia Legislativa, Evento Interativo e Consulta Pública.

1. Ideia Legislativa: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/principalideia>

A ferramenta Ideia Legislativa foi criada em 2012 e regulamentada pela Resolução do Senado nº 19/2015 e pelo art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal.

As ideias para criação de leis têm o prazo de 4 meses para receber 20 mil apoios e serem encaminhadas para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde são debatidas pelos senadores e recebem parecer.



nota*dados acumulados desde 2012

2. Evento Interativo: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/principalaudiencia>

Desde 2016, todas as audiências públicas e sabinas de autoridades são interativas. Outros eventos, como palestras, seminários e sessões de debate temático, também têm sido interativos.

Qualquer pessoa pode participar dos eventos interativos do Senado, enviando perguntas e comentários, por meio da internet ou por telefone, que serão entregues aos senadores e autoridades presentes.

Desde 2016, por meio de ligações telefônicas foram registradas 6.026 manifestações em 1.512 eventos.



nota*dados acumulados desde 2012

3. Consulta Pública: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/principalmateria>

Essa ferramenta de participação popular foi criada em 2013 em cumprimento à Resolução do Senado nº 26/2013. Todas as proposições legislativas podem receber opiniões desde o início até o fim de sua tramitação no Senado.



nota*dados acumulados desde 2013

NÚMEROS DO PORTAL E-CIDADANIA:

6.595.218 votos em 2.900 proposições em tramitação no Senado realizados por 4.834.410 usuários distintos através da ferramenta Consulta Pública.

11.560 novas Ideias Legislativas cadastradas por 6.590 autores distintos, sendo 208 ideias cadastradas por alunos de 409 instituições de ensino que participaram da Oficina Legislativa.

1.099.710 apoios em Ideias Legislativas por 741.353 apoiadores distintos.

332 Eventos Interativos disponibilizados no portal com 14.364 comentários registrados por 6.524 usuários. Do total de perguntas e comentários registrados, 1.410 foram lidos ao vivo em 213 eventos.

31 Ideias Legislativas foram convertidas em Sugestões Legislativas depois de receberem mais de 20 mil apoios da população.

O Portal teve 129.745.252 visualizações de páginas feitas por 21.665.384 usuários.

OUVIDORIA

Regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05/2005 e implantada pelo Ato da Mesa Senado Federal nº 1 de 16 de junho de 2011, a Ouvidoria do Senado Federal é o elo entre a sociedade e a Instituição. É competência da Ouvidoria receber, registrar e dar tratamento adequado às sugestões, críticas, elogios, solicitações, reclamações e denúncias, encaminhadas pelo cidadão, sobre as atividades do Senado Federal, especialmente sobre o funcionamento dos serviços legislativos e administrativos da Casa. O cargo de Ouvidor-Geral é exercido por um(a) senador(a) indicado(a) pela Presidência do Senado Federal.

Balanço da Ouvidoria:

Lançamento de um novo site para dar mais transparência às ações do órgão, que passou a reunir os serviços da Ouvidoria e a atualização de notícias do órgão, após a reformulação, e a divulgação com mais frequência na TV Senado, nos gabinetes e nas redes sociais, obtivemos um aumento de 320% nos acessos comparado com o ano anterior;

Criação de banner para divulgação nos gabinetes de senadores e escritórios regionais; ;

Produção em parceria com a TV Senado de uma campanha informativa para os telespectadores;

Aproximação com os veículos de comunicação do Senado para a produção de matérias e reportagens sobre a Ouvidoria e como o cidadão pode participar das decisões do Senado;

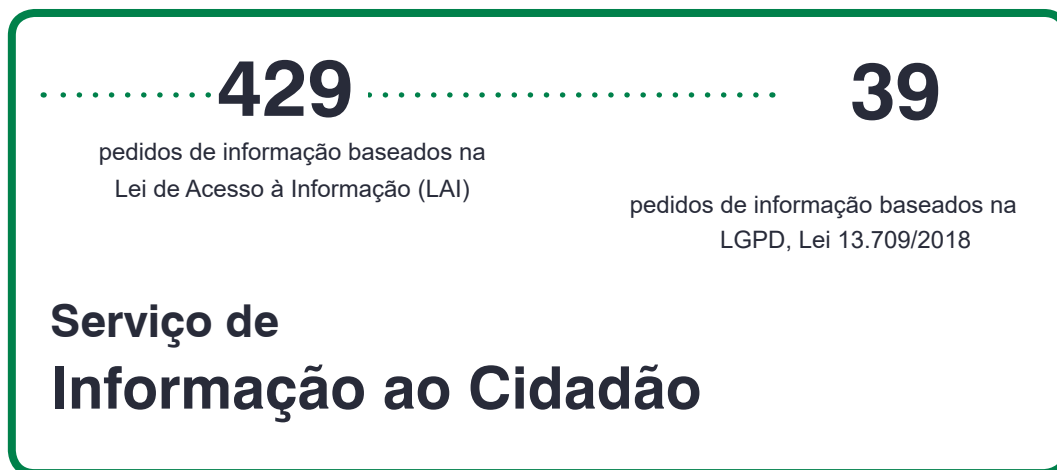
Divulgação do trabalho e fortalecimento de vínculos com chefias de gabinetes e assessores responsáveis pela comunicação;

Promoção do curso de capacitação para servidores das Ouvidorias da Assembleia do Amazonas, da Câmara de Manaus e aprofundamento na promoção da capacitação da equipe técnica da Ouvidoria do Senado Federal;;

Assinatura do acordo de cooperação com a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas com o objetivo de fortalecer as ações de ouvidorias desenvolvidas pelos órgãos correlatos no âmbito federal e estadual;

Início de intercâmbio e troca de experiências entre as Ouvidorias do Tribunal de Contas da União, Governo do Distrito Federal e Conselho Nacional do Ministério Público.

Ouvidoria em números:



Parcerias da Ouvidoria:

Pela primeira vez, uma Ideia Legislativa que chegou pelo 0800 da Ouvidoria do Senado Federal alcançou 20 mil apoios e está em tramitação no Senado Federal. O projeto de iniciativa de um cidadão do estado do Rio de Janeiro, prevê o “Fim da cobrança da contribuição previdenciária do aposentado” (SUG 17/2021).

DATASENADO

O Instituto DataSenado foi criado em 2005 para acompanhar a opinião pública sobre o Senado Federal, sobre a atuação parlamentar e sobre temas em discussão no Congresso Nacional.

Os dados levantados pelo DataSenado têm auxiliado parlamentares em suas decisões e contribuindo para uma melhor compreensão sobre como pensa a população brasileira.

No período de 2018 a 2021, O DataSenado ouviu 340.602 cidadãos por meio de pesquisas de opinião e enquetes. Foram feitas 27 pesquisas nacionais quantitativas telefônicas e duas pesquisas qualitativas por meio de grupos focais e entrevistas de profundidade. Em relação às enquetes, foram feitas 48 entre 2018 e 2021. Elas são feitas mensalmente e têm o objetivo de estimular o debate na sociedade de temas em pauta no Congresso Nacional.

Outra atividade que faz parte da rotina do DataSenado é a realização de pesquisas internas para auxiliar a Administração da Casa. Entre 2018 e 2021, foram feitas 33 pesquisas demandadas por órgãos do Senado.

O quadro seguinte destaca as principais enquetes e pesquisas realizadas pelo DataSenado:

Tema/Título	No de Respondentes
O Senado Federal e o Cidadão	8.800
Auxílio Emergencial e Vacina contra a Covid-19	1.000
Restrições de circulação e medidas contra Covid	1.000
Vacinação contra Covid	1.000
Regulamentação do Lobby	3.000
Vacina e CPI Covid – 2 rodadas	3.971
Violência doméstica e familiar	3.000

REDES SOCIAIS



VISITAÇÃO

O programa Visite o Congresso, parceria entre Senado Federal e Câmara dos Deputados, acolhe visitantes e lhes apresenta parte das dependências das duas Casas Legislativas. No entanto, devido à pandemia de covid-19, não foram realizadas visitas presenciais ao Senado no ano de 2021.

Diante das rígidas e necessárias limitações das atividades presenciais, a Visitação concentrou esforços no tour virtual guiado. Em 2021 promoveu-se a reestruturação total desse produto, de modo a se criar uma visita pensada para ser digital, inovadora e interativa, com vídeos, fotos, mapas, jogo de perguntas e respostas e estímulo à participação dos visitantes. O modelo desenvolvido pelo Senado Federal foi inclusive apresentado no International Forum of Parliament Visitors' Centres, realizado em novembro de 2021.



A visita guiada virtual permitiu que se alcançasse um público que de outra maneira não teria acesso – como é o caso de jovens internos da Fundação Casa (SP), que cumprindo medidas socioeducativas, puderam conhecer um pouco do Congresso Nacional. Instituições de ensino de diversas partes do Brasil também puderam participar do tour.

<https://www2.congressonacional.leg.br/visite/visitas-virtuais-guiadas-pt>



**GESTÃO COM RESPONSABILIDADE
SOCIAL E AMBIENTAL**

4
CAPÍTULO

GESTÃO

COM RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

O impacto das organizações no meio ambiente e na comunidade tem ficado mais evidente a cada dia, ao mesmo tempo que a cobrança por ações de sustentabilidade tem se tornado maior. O termo Environmental, Social and Governance (ESG – sigla em inglês) ou Ambiental, Social e Governança (ASG — em português) tornou-se uma forma de definir se as organizações são socialmente responsáveis, sustentáveis e corretamente gerenciadas.

O Senado Federal, ao definir o modelo de governança da Casa em seu Regulamento Administrativo (RASf) evidência seu compromisso com a responsabilidade socioambiental:

Sistemática pela qual a gestão da Casa é dirigida, monitorada, controlada e incentivada a atuar no interesse da sociedade brasileira, baseada nos princípios constitucionais da administração pública e nos princípios da transparência, responsabilização, equidade e responsabilidade socioambiental, com vistas a garantir, entre outros, o alinhamento das ações organizacionais à estratégia institucional, à eficiência no uso de recursos, à gestão dos riscos corporativos e à avaliação de desempenho organizacional.

(RASf – Art. 197, § 7o)

Merece destaque, também, a instituição da Política de Responsabilidade Socioambiental do Senado, por meio do Ato da Comissão Diretora Nº 4, de 2013, que evidenciou os seguintes princípios:

- a eficiência;
- a equidade;
- a acessibilidade;
- o uso racional dos recursos e bens disponíveis no meio ambiente de trabalho;

- a responsabilidade socioambiental, no que concerne à decisão de contribuir voluntariamente em prol de um meio ambiente de trabalho mais saudável;
- a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre os meios natural, socioeconômico e cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- a promoção e a sustentabilidade de iniciativas culturais;
- a valorização da cidadania;
- a promoção do desenvolvimento comunitário.

AÇÕES DE EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA

A luta por uma cultura organizacional com igualdade de gênero e raça é uma das premissas da administração do Senado Federal, instituição marcada pelo pioneirismo na elaboração de ações e metas ligadas à temática.

Em 2021, o Senado Federal completou 10 anos de ações de equidade de gênero e raça. No início, as ações se vinculavam à adesão ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, de iniciativa da então Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres do Governo Federal. Essa adesão resultou na premiação pelas boas práticas, mediante recebimento de três Selos de compromisso com a Equidade.

A partir da criação do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça, em 2015, o tema ganha maior protagonismo e se consolida nas políticas internas da Casa, culminando na edição de um Plano de Equidade de Gênero e Raça 2019-2021 de elaboração própria, com estabelecimento de objetivos, metas e indicadores.

Cerca de 86% das metas propostas nesse Plano foram alcançadas, não obstante as dificuldades decorrentes da pandemia pelo Coronavírus, conforme mostra o Relatório de Desempenho das Metas, publicado em anexo ao novo Plano de Equidade para 2021-2023 disponível na página Equidade link: <https://www12.senado.leg.br/institucional/responsabilidade-social/equidade/pages/pdfs/plano-de-equidade-de-genero-e-raca-2021-2023>

Em outubro de 2021, foi lançado o 2º Plano de Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal para o período 2021/2023.

<https://www12.senado.leg.br/institucional/responsabilidade-social/equidade/pages/pdfs/plano-de-equidade-de-genero-e-ra-ca-2021-2023>

A elaboração do Plano contou com o esforço conjunto de 17 representantes de diversas unidades administrativas, nomeados pela Portaria da Diretora-Geral nº 2833, de 21 de junho de 2021, resultando em 26 objetivos, sendo a maioria deles inovadores, distribuídos em cinco temas: Comunicação, Educação, Cultura Organizacional, Gestão e Saúde, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela Agenda 2030 da Organizações das Nações Unidas (ONU), e aos objetivos estratégicos do Senado Federal.

DESTAQUES DO 2º PLANO DE EQUIDADE DE GENERO E RAÇA 2021-2023

INSTITUIR O PROGRAMA PAI PRESENTE;

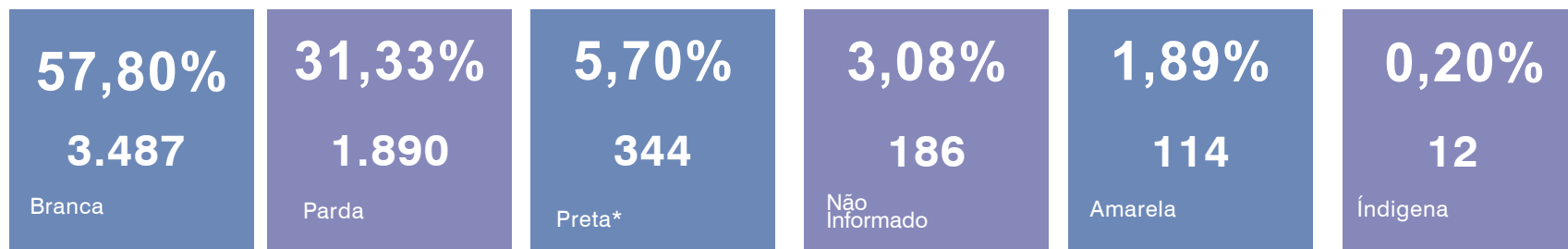
INSTITUIR O PROGRAMA DE LIDERANÇA PARA AS MULHERES;

REALIZAR AÇÕES PREVENTIVAS VOLTADAS AO COMBATE À GORDOFOBIA;

LANÇAR A REDE EQUIDADE;

OBSERVATÓRIO EQUIDADE NO LEGISLATIVO.

DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR ETNIA



* Nota: Não inclui terceirizados.

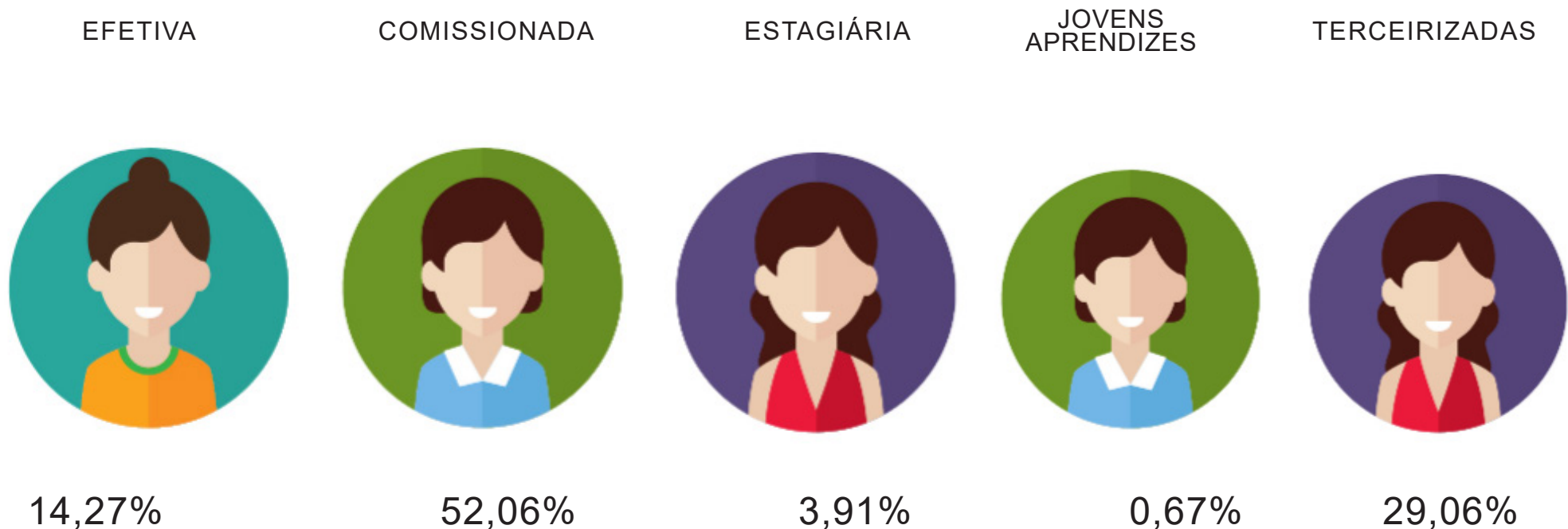
DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO POR GÊNERO 2021



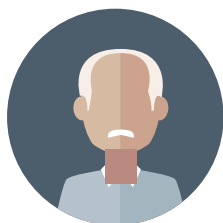
* Nota: Dados obtidos com o CESAM

O Senado Federal tem se destacado por suas constantes ações de reforço e promoção da igualdade de gênero e raça, o que tem mudado a cultura organizacional, o perfil funcional desta Casa e tornado o Órgão um modelo para outras instituições públicas. Desde 2011 o Senado é participante do “Programa Pró-equidade de Gênero e Raça”, do Governo Federal, na busca de novas concepções na gestão de pessoas, além de possuir, desde 2015, Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça.

FORÇA DE TRABALHO FEMININA POR VÍNCULO/ANO 2021



SERVIDORES EFETIVOS POR FUNÇÃO COMISSIONADA(FC) 2021



69,22%

Homens com FC

FC-1 63%

FC-2 67%

FC-3 74%

*FC-4 + SF03– 72,5%

FC-5 50%



30,78%

Mulheres com FC

FC-1 37%

FC-2 33%

FC-3 26%

*FC-4 + SF03– 27,5%

FC-5 50%

ALTA ADMINISTRAÇÃO - FC5



50%



50%

*Notas: Os/As ocupantes da Função SF-03 (4 efetivos/as e 5 comissionados/as) foram somados ao tipo de Função FC-4, tendo em vista a mesma natureza "cargo de direção" e a equivalência remuneratória.

ACESSIBILIDADE

É notório o fato de que todos são iguais perante a lei. No entanto, é preciso que condições de acessibilidade sejam oferecidas para garantir uma participação social justa.

O Senado atua nessa área desde o ano de 2005, quando foi criado o Programa de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência.

Em 2013, por meio do Ato da Comissão Diretora nº 15 de 2013, foi instituída a Política de Acessibilidade, que detalhou princípios, diretrizes e objetivos para garantir os direitos das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida no âmbito do Senado Federal.

O quadro seguinte apresenta a o quantitativo da força de trabalho do Senado com deficiência e o percentual em relação ao total de cada vínculo

FORÇA DE TRABALHO COM DEFICIÊNCIA – DEZEMBRO DE 2021

TIPO DE VÍNCULO	PCD	%
Servidores efetivos	75	3,87%
Servidores comissionados	47	1,16%
Terceirizados	78	2,55%
Estagiários	32	12,26%
Jovens aprendizes	5	7,35%
TOTAL:	237	2,53%

* Nota: PCD = Pessoa com deficiência

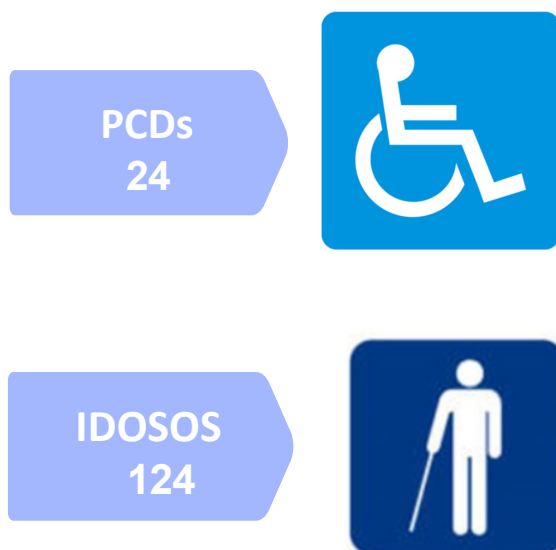
* Nota: Dados obtidos com o CESAM

O Plano de Acessibilidade é o instrumento de gestão adotado pela Casa na implementação de ações pelos diversos setores a fim de promover acessibilidade, inclusão e participação social plena e efetiva de pessoas com deficiência.

O Plano para o período 2019 a 2021, que apresentou elevado índice de realização, pode ser acessado por meio do seguinte link: <https://www12.senado.leg.br/transparencia/gestgov/planejamento-estrategico-1/plano-de-gestao-de-logistica-sustentavel-do-senado-federal/pa/PlanodeAcessibilidade20192021.pdf>

RESERVA DE VAGAS NOS ESTACIONAMENTOS

Em todos os estacionamentos do Senado Federal, há reserva de vagas para pessoas com deficiência e idosos.



IMPRESSÕES EM BRAILLE

Monitoramento do Serviço de Impressão em Braille (SEIB), vinculado à Secretária de Publicações e Editorações (SEGRAF), que produz materiais como livros, folders e cartões de visita em Braille.



OUTRAS AÇÕES:

Obras para promoção de acessibilidade: Foram realizadas obras para os acessos ao Bloco 7 e nas Guaritas da via N2 e da via N3.

Atendimento a pessoas com deficiência (colaboradores e visitantes): Realizamos atendimento direcionado a pessoas com deficiência, de modo a lhes proporcionar, de forma adequada, o ingresso e trânsito nas dependências do Senado Federal. Atualmente há assistência nas portarias do Senado Federal, com atendimento concentrado no Salão Negro, além de atendimento ao público interno com deficiência.

Empréstimo de equipamentos de acessibilidade para Senadores, servidores e visitantes: o Senado Federal possui 10 triciclos motorizados, 2 cadeiras de rodas motorizadas e 8 cadeiras de rodas manuais, com um total de 20 equipamentos.

Bate-papo sobre acessibilidade: Foram realizados 3 bate-papos virtuais com dicas de relacionamento para diferentes tipos de deficiência. Os encontros ocorreram via Microsoft Teams e foram voltados para colaboradores que atuam com atendimento ao público.

15ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência: foi realizada uma live para comemorar o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência (3 de dezembro), estabelecido pela ONU. Link para acesso: https://www.youtube.com/watch?v=vVWdXMq_CaQ

No segundo semestre de 2021, foi elaborado o Plano de Acessibilidade 2022-2023, contando com a participação de representantes de áreas diversas do Senado e com a participação de servidores com deficiência. Frente a sua abrangência, este Plano foi estruturado em 8 grandes temas, conforme tabela seguinte.

PLANO DE ACESSIBILIDADE 2022-2023 TEMA
1. Gestão de Acessibilidade.
2. Educação para Acessibilidade.
3. Gestão de pessoas com deficiência.
4. Infraestrutura física para Acessibilidade.
5. Infraestrutura de comunicação para Acessibilidade.
6. Mobilidade acessível.
7. Parcerias para Acessibilidade.
8. Comunicação das ações de Acessibilidade.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A humanidade não mais ignora as consequências de suas ações em relação ao planeta e as implicações para o bem estar coletivo, pois estão diretamente relacionadas a sua própria sobrevivência a longo prazo.

Nessa toada, o Senado Federal instituiu sua Política de Responsabilidade Socioambiental, por meio do Ato da Comissão Diretoria Nº 4, de 2013, estabelecendo, dentre outros, os seguintes objetivos:

- promover atitudes e procedimentos que levem ao uso racional dos recursos naturais e dos bens públicos, a fim de proteger o meio ambiente e maximizar a eficiência dos serviços prestados;
- estimular, em ordem de prioridade, a não geração, a redução, a reutilização, reciclagem, o tratamento e a gestão integrada dos resíduos sólidos, bem como a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;
- incentivar o desenvolvimento de sistemas de gestão voltados para a melhoria dos processos produtivos e para o reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluindo a recuperação e o aproveitamento energético;
- implementar processos e práticas que acarretem eficiência energética e uso racional dos insumos necessários, com destaque para água, papel, energia elétrica e combustíveis;
- adotar e promover o desenvolvimento de tecnologias limpas;
- reduzir o volume e a periculosidade de resíduos nocivos, danosos ou perigosos;

O Plano de Gestão de Logística Sustentável (PGLS) e o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) são instrumentos usados pelo Senado para a gestão das ações relacionadas à responsabilidade ambiental, as quais empreendidas por diversas áreas da Casa.

PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PGLS)

O PGLS 2019-2021 pode ser acessado por meio do seguinte link: https://www12.senado.leg.br/transparencia/gestgov/planejamento-estrategico-1/plano-de-gestao-de-logistica-sustentavel-do-senado-federal/pgls/PGLS2019_2020.pdf.

A execução do PGLS 2019-2021 apresentou bom índice de realização, conforme apresentado no Relatório anexo ao PGLS 2022-2023 <https://www12.senado.leg.br/transparencia/gestgov/planejamento-estrategico-1/plano-de-gestao-de-logistica-sustentavel-do-senado-federal/pgls/PGLS20222023.pdf>.

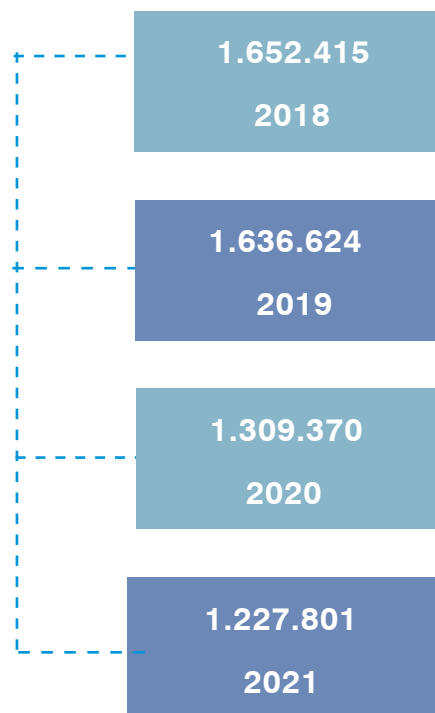
No segundo semestre de 2021, foi elaborado o PGLS para o período 2022-2023, que pode ser acessado por meio do link <https://www12.senado.leg.br/transparencia/gestgov/planejamento-estrategico-1/plano-de-gestao-de-logistica-sustentavel-do-senado-federal/pgls/PGLS20222023.pdf>.

Devido a sua abrangência, o PGLS 2022-2023 foi estruturado em 15 grandes temas, conforme tabela seguinte:

PGLS 2022-2023 TEMAS
1. Gestão da Sustentabilidade
2. Capacitação para a Sustentabilidade
3. Educação ambiental
4. Consumo consciente
5. Energia elétrica
6. Água e Saneamento Ambiental
7. Gestão de Resíduos
8. Qualidade de Vida no Trabalho
9. Compras e Contratações Sustentáveis
10. Mobilidade sustentável
11. Tecnologia da Informação
12. Gestão da Acessibilidade
13. Gestão da Equidade
14. Parcerias para a Sustentabilidade
15. Comunicação dos resultados

CONSUMO DE ENERGIA

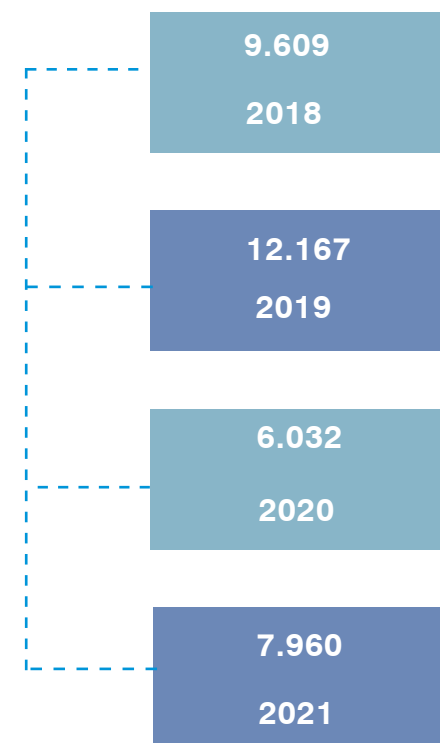
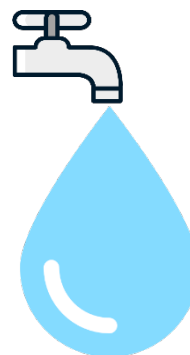
Consumo médio mensal kWh



Fonte: SINFRA

CONSUMO DE ÁGUA

Consumo médio mensal kWh

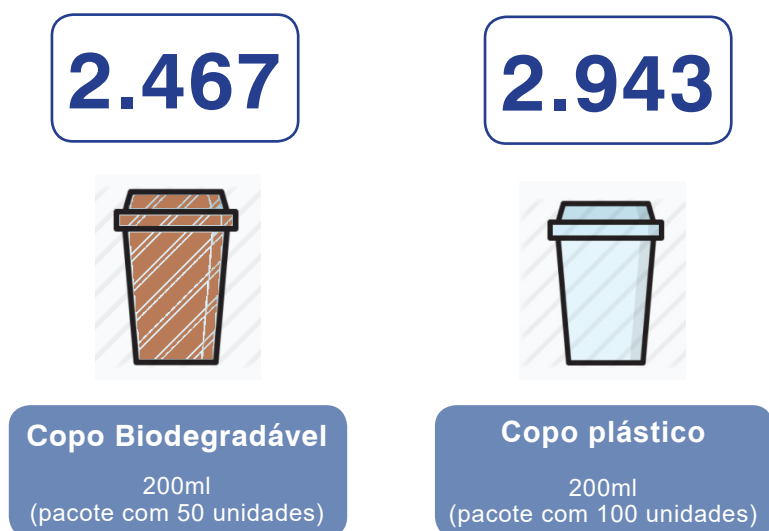


Fonte: SINFRA

GESTÃO DE RESÍDUOS

MÉDIA DE CONSUMO ANUAL DE COPOS DESCARTÁVEIS

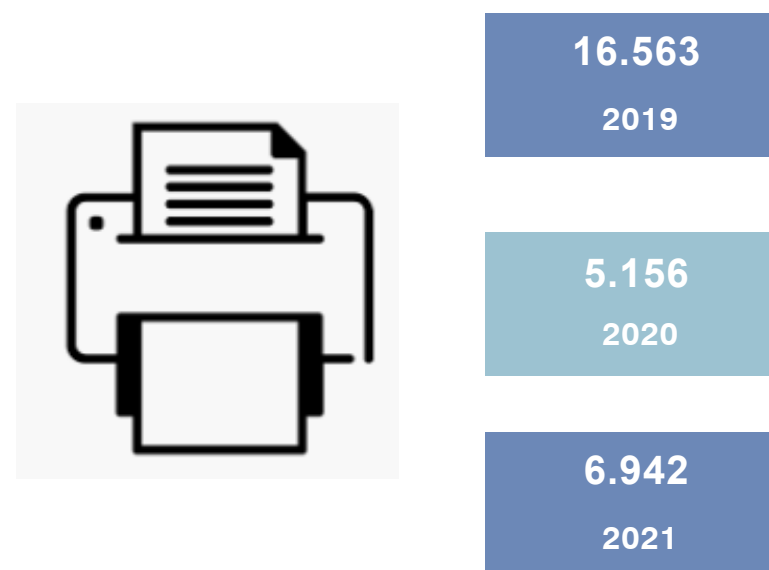
Em 19 de maio de 2020 foi publicado no BASF nº 7348 A Ata do Comitê de Contratações que autorizou a aquisição de copos descartáveis para o Senado (APR 2/2020)



Fonte: NCAS

CONSUMO DE PAPEL A4

Consumo médio mensal (resma)



RESÍDUOS NÃO RECICLÁVEIS

Quantidade de resíduos não recicláveis por ano - (Kg)



327.931
2019

112.152
2020

103.007
2021

Fonte: NCAS

RESÍDUOS RECICLÁVEIS – PAPEL

Quantidade de resíduos recicláveis por ano - (Kg)



184.080
2019

104.290
2020

122.160
2021

Fonte: NCAS



RESULTADO DA GESTÃO

5

CAPÍTULO

GESTÃO CORPORATIVA

O sistema de gestão do Senado Federal é originalmente baseado em uma estrutura clássica, contemplando hierarquia linear e piramidal, que lhe confere unidade de comando e linhas formais de comunicação e deliberação. Assim, nota-se que as estruturas de gestão executiva, tática e operacional são bem demarcadas e definidas.

Este sistema acomoda a interposição de estruturas transversais de assessoramento à gestão, que têm foco na atuação em rede, na integração e capilarização dos níveis táticos e operacionais e na prontidão e articulação de ações estratégicas e corporativas.

Desta forma, o sistema de gestão do Senado Federal acomoda tanto a burocracia tradicional, derivada do trato com a coisa pública, quanto a necessidade de realizar uma gestão integrada e eficiente das ações estruturantes e estratégicas de transformação da realidade da instituição, buscando atender às políticas, diretrizes e mandatos emanados de seu sistema de Governança.

Os objetivos estratégicos estabelecidos para a administração do Senado Federal são desdobrados e monitorados com base em uma metodologia de planejamento mais simples, objetiva e flexível, a chamada OKR (Objectives and Key Results).

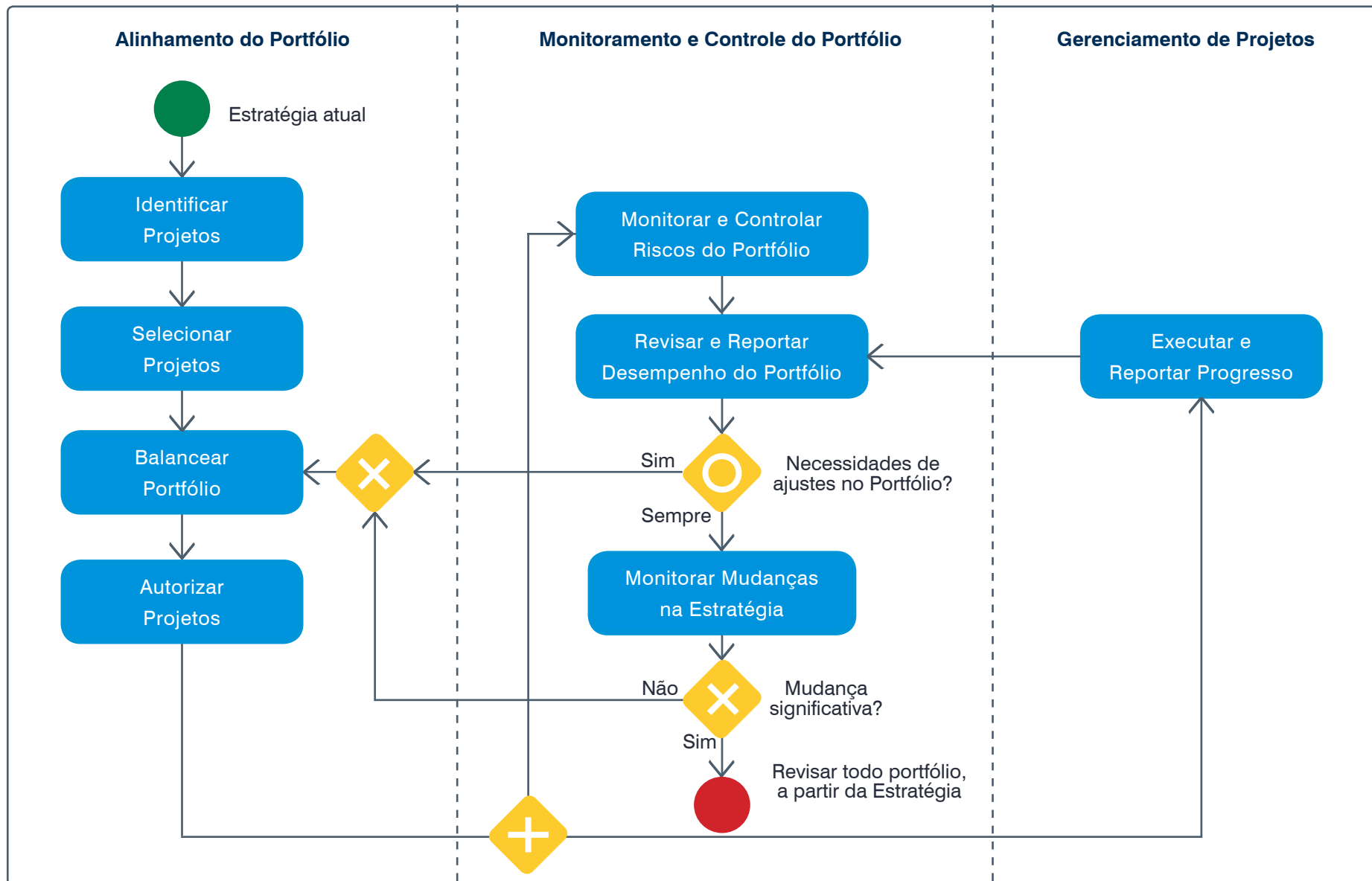
Em 2021 foi encerrado, no início do exercício, um ciclo da estratégia e iniciado outro que se estenderá até 2023.

O monitoramento dos Resultados-Chave ocorre mensalmente com a publicação dos resultados alcançados no mês anterior.

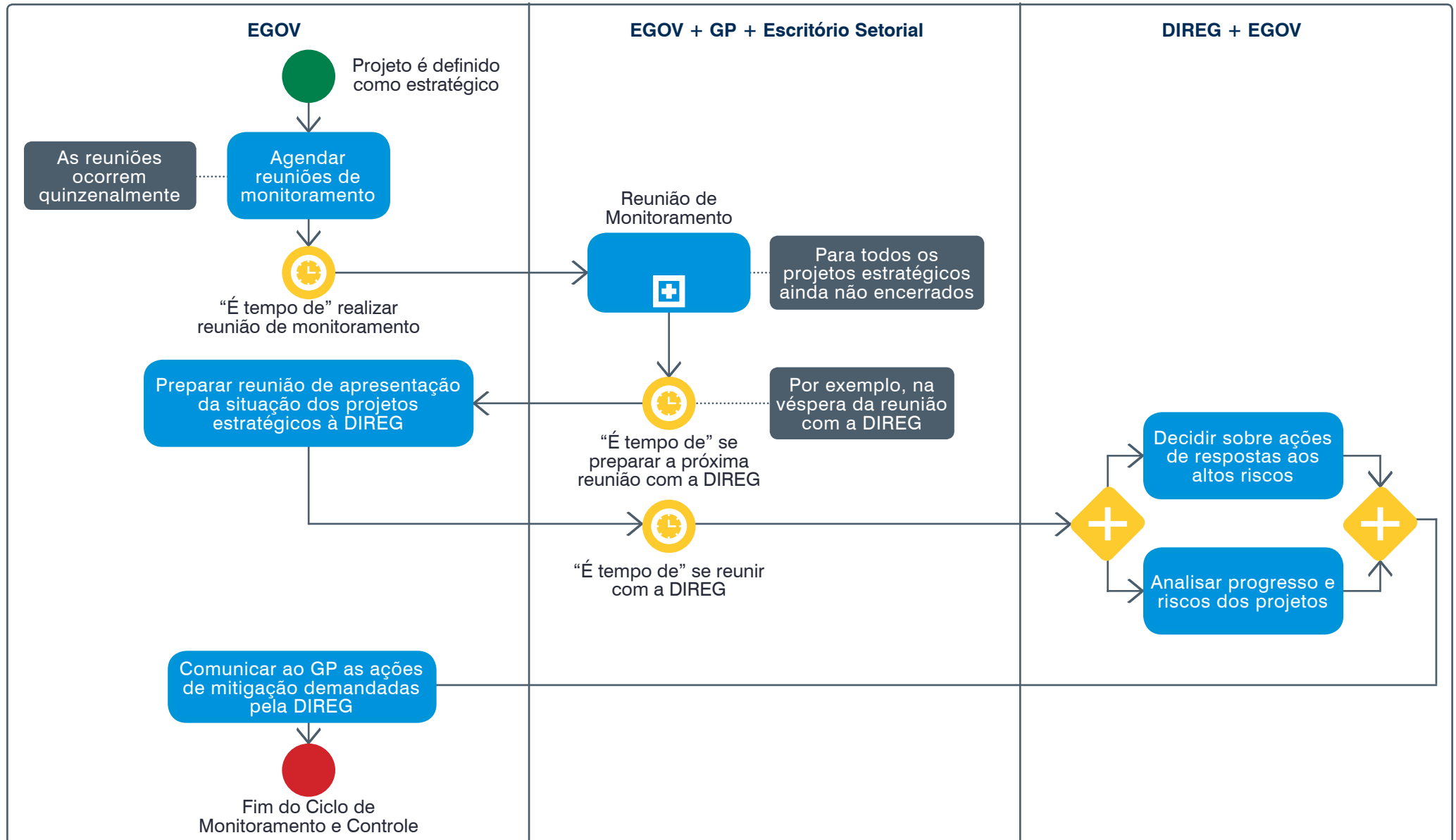
Os resultados obtidos até dezembro de 2021 podem ser encontrados no seguinte link: <https://www12.senado.leg.br/transparencia/prestacao-de-contas/paginas/RelatorioOKRsSFDEZ2021.pdf>

As iniciativas estratégicas, necessárias ao alcance dos Resultados-chave, que são geridas como projeto seguem o fluxo descrito na figura seguinte:

GESTÃO DE PORTFÓLIO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS - VISÃO GERAL DO PROCESSO



MONITORAMENTO E CONTROLE DE PROJETOS ESTRATÉGICOS



(EGOV-2018)

GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

CONFORMIDADE LEGAL DA GESTÃO DE TI

A gestão de TI do Senado Federal é realizada pela Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen), à qual compete prover, por meio de recursos próprios ou de terceiros, serviços, soluções, suporte e infraestrutura de tecnologia da informação, conforme as normas estabelecidas em seu regulamento interno e referenciadas pelo Governo Federal, além de padrões adotados internacionalmente no que tange à identidade visual, acessibilidade, transparência de dados, segurança da informação e governança digital (Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016).

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

O Senado Federal instituiu a sua Política Corporativa de Segurança da Informação (PCSI) por meio do Ato da Comissão Diretora nº 9/2017 (13/06/2017), publicado em 16/06/2017. A próxima etapa será a criação do Núcleo de Segurança da Informação em Tecnologia da Informação – NSITI, que será parte integrante da estrutura organizacional da Secretaria de Tecnologia da Informação – PRODASEN. Após a criação da estrutura, será formalizada a criação do Comitê de Segurança da Informação – CSI, que dará início à operação do Sistema de Gestão de Segurança da Informação. O gerenciamento de Segurança da Informação é realizado de forma difusa pelas coordenações do PRODASEN, enquanto não é formalizado o NSITI. São exemplos: controle de acesso, política de senhas, gestão de ativos, gestão corporativa de identidades, classificação e tratamento da informação e gestão de mudanças.

RECURSOS APLICADOS EM TI

R\$ 32,2 milhões

Despesas (R\$)	2019	2020	2021
Investimento	4.608.339	1.738.172	7.293.744,12
Custeio	22.620.728	15.226.099	24.940.796,80
TOTAL	27.229.068	16.964.272	32.234.540,92

Fonte: SAFIN/COPAC

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES EM RECURSOS DE TI EM 2021

Contrato	Fornecedor	Objeto	Valor contratado
20210035	UPTODATE INC	Licença de uso do software UptoDate	139.220,39
20210111	SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	Serviços de outsourcing de Impressão	5.518.012,80 (24 meses)
2021/0104	SOS Tecnologia e Gestão da Informação Ltda.	Prestação de serviços técnicos especializados para a sustentação e evolução da Plataforma de ECM do Senado Federal, pelo período de 30 (trinta) meses consecutivos	3.101.599,80 (valor estimado global para 30 meses)
2021/0015	ORION TELECOMUNICAÇÕES, ENGENHARIA S.A	Serviços de manutenção da sala-cofre em seus sistemas e subsistemas	3.415.233,92
2021/0021	NCT INFORMÁTICA LTDA	Garantia, atualização e suporte técnico local e remoto para a solução de firewall Fortinet	6.008.679,50
2021/0022	ALGAR SOLUÇÕES EM TIC S/A.	Link de comunicação de dados para acesso à internet exclusivo da rede Wi-Fi	182.275,48
2021/0024	SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO	Aquisição de certificados digitais ICP-Brasil da série A	19.657,12
2021NE000051	J & M COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES E INFORMATICA LTDA (JM TELECOM)	Aquisição de materiais para instalação, movimentação e manutenção da Rede Local	73.391,40
2021NE001224	MBM TECNOLOGIA E INDUSTRIA DE INFORMATICA LTDA	Aquisição de notebooks para premiação do Programa Jovem Senador 2021	236.816,46
2021/0114	BRASOFTWARE INFORMÁTICA LTDA	Aquisição, atualização e subscrição de licenças de softwares Microsoft	11.969.911,41

Fontes: Prodasen

PRINCIPAIS INICIATIVAS E RESULTADOS NA ÁREA DE TI

PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS E IMPACTOS)
Adoção do uso de equipamentos usados no outsourcing de impressão/ Redução de cerca de 40% frente ao valor esperado para uma contratação com equipamentos novos
Central do Servidor - SEGP
Formulário de Risco de COVID
Aprimoramento do Portal da Transparência e do de Dados Abertos
DW SAES
Portal do Interlegis
Portal da Escola de Governo
Novos fluxos de contratação no SENiC
Página de tramitação bicameral unificada no Congresso Nacional
Painel de Estatísticas de COVID para a CPI
DW Orçamento dos estados para a CPI
Painel de Controle de Lotes e Acessos para a CPI
Painel do e-Cidadania
Reformulação do site da Ouvidoria
Guia de Estilo do Portal do Senado e do Congresso Nacional
Automação do Plano de Gestão
DW SISGRU
Implantação AtoM e Archivematica
Migração do servidor de código-fonte para novo produto (Gogs -> Gitea
Mais funcionalidades aos desenvolvedores e recursos para integração e segurança no gerenciamento do código-fonte dos produtos de software
Padronização de novo modelo de gestão de configuração e entregas de software baseado em Gitflow
Melhor automação dos fluxos de trabalho para construção e entrega de aplicações
Melhor automação dos fluxos de trabalho para construção e entrega de aplicações
Disponibilização de licenças atualizadas da ferramenta PL/SQL Developer
Mais funcionalidades e compatibilidade mais avançada aos desenvolvedores que lidam diretamente com bases de dados Oracle
Implantação de nova plataforma de coleta e análise de logs
Maior escalabilidade e capacidade para monitoramento e alertas das plataformas de aplicações e possibilidade de controlar acesso aos dados coletados

PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS E IMPACTOS)

Produção de roteiros de integração e extenso material audiovisual e documentação sobre padrões e plataformas, para equipes de desenvolvimento de soluções
Facilitação do ingresso de novos colaboradores nas equipes e atualização das equipes atuais
Atualização do servidor de autenticação centralizada (CAS Server)
Possibilidade de integração de aplicações em outras tecnologias ao serviço de autenticação centralizado
Possibilidade de evoluir as tecnologias e funcionalidades da autenticação de aplicações web
Enfrentamento de ameaças de segurança em sistemas de informação
Orientações às equipes técnicas e atualização emergencial de dezenas de sistemas de TI para enfrentamento à vulnerabilidade crítica Log4Shell
Desenvolvimento de mecanismo de varredura e identificação automática de vulnerabilidades para soluções de TI na plataforma padrão;
Implantação da versão inicial da Central de Notificações e Mensagens
Simplificação do envio de mensagens pelas aplicações
Possibilidade de integração das aplicações com as notificações da Central de Serviços
Discussão do modelo inicial de desenvolvimento de aplicativos móveis
Estabelecimento de padrões e referências para desenvolvimento mobile no Prodasen
Evoluções do sistema de gestão de tíquetes (Gertiq)
Possibilidade de integração para obtenção de relatórios automáticos dos registros de gestão de COLEP, COSTIC e NQPPPS
Automação da liberação automática de licenças Microsoft na desativação de usuários
Melhor direcionamento das licenças existentes
Automação da criação e desativação de contas de Instaladores de Software
Maior segurança no controle de contas com acesso privilegiado
Integração da abertura de demandas de usuários com CAPRI/OTRS para Sedol e Lexedit
Viabilização do fluxo de suporte via Central de Atendimento
Implementação de novos serviços da infra de TI na Central de Serviços:
Maior facilidade no acionamento dos serviços de TI para os usuários finais
Implantação de novo sistema para autenticação de parlamentares no SDR (SSO-SDR/Keycloak)
Autenticação segura e integrada de parlamentares para uso pelos aplicativos móveis de votação do SDR, com cadastramento/vinculação de dispositivos
Autenticação segura e integrada de parlamentares e servidores autorizados para uso no sistema de videoconferência do SDR (Zoom)
Habilitação do uso do Gestor de Senhas para as contas SDR
Autonomia dos titulares das contas para troca e recuperação das senhas usadas no SDR
Integração do login da Rede da Câmara dos Deputados ao servidor de autenticação centralizada do Senado
Acesso dos servidores da CD aos sistemas Sedol e Legis sem necessidade de criação de contas de externos na Rede Senado

PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS E IMPACTOS)

Disponibilidade desse tipo de acesso para os demais sistemas
Customizações no servidor de documentos (ECM)
Contribuição para a implementação da assinatura digital dos documentos legislativos
Melhoria na escalabilidade do servidor de documentos (ECM)
Maior capacidade de lidar com o alto volume de download de documentos grandes gerado pela CPI
Encaminhamento de proposta de normatização do Desenvolvimento Descentralizado de Aplicações para discussão pelo CGTI
Demonstração dos requisitos e estruturação necessária para adoção do modelo de desenvolvimento departamental pela instituição
Início da coleta de dados para o Gerenciamento do Portfólio de Aplicações
Estabelecimento da base para gerenciamento estruturado do conjunto de aplicações e esforços relacionados
Diagnóstico da situação dos dados pessoais das bases corporativas compartilhadas à luz da LGPD
Conscientização das ações necessárias para proteger adequadamente os dados pessoais compartilhados entre sistemas de informação
Viabilização da renovação geral das senhas de Rede em março e da redução gradual do prazo de validade das senhas em dezembro
Evolução dos mecanismos de notificação de expiração de senhas, reduzindo sobrecarga nas equipes de Atendimento
Redução do prazo de validade das senhas de forma escalonada, sem bloqueio abrupto de usuários
Atualização do Sistema VIP (parceria com SECOM)
Atualização do ambiente de virtualização para Hiperconvergência/Aumento da disponibilidade e desempenho na hospedagem de servidores e sistemas no datacenter.
Contratação de Licenciamento Microsoft com Avanço em Nuvem Pública e Segurança (PDTI)
Disponibilização de SSO para senadores no Zoom (em parceria com COLEP e NQPPPS)
Gestão de Assinaturas:
Provê a assinatura de documentos legislativos por parlamentares utilizando certificado ICP-Brasil de acordo com a Lei 14.063/2020
A primeira versão do Sistema de Gestão Assinaturas digitais de documentos legislativos foi utilizada para assinatura do autógrafo do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA)
Benefícios principais:
Maior mobilidade aos parlamentares para despachar os documentos
Eliminação de originais em papel
Racionalização nos processos de trabalho da SGM
Agilidade no envio/recebimento dos autógrafos
Melhor gestão arquivística com todo os documentos e processos sendo geridos dentro do sistema Legis
Projeto em desenvolvimento, com novas entregas previstas para o ano corrente
Notícia: https://intranet.senado.leg.br/noticias/materias/2022/01/sgm-e-prodasen-viabilizam-primeira-assinatura-da-loa-em-formato-100-digital
Visualizador de documentos legislativos digitais
Ambiente adequado para visualização de documentos e de processos legislativos digitais e documentos assinados eletronicamente

PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS E IMPACTOS)

LexOr: PLOA 2022
Aperfeiçoamentos ao sistema LexOr de gestão do emendamento e aprovação do PLOA 2022
SVE: Votação Secreta
Sistema de Urna Eletrônica para Votações e eleições secretas
Utilizada em várias ocasiões de 2021, especialmente durante os períodos de "esforço concentrado"
Notícia: https://intranet.senado.leg.br/noticias/materias/2021/04/senado-inaugura-novo-sistema-de-votacao-secretas
App Legislativo
Lançamento do Aplicativo Senado Digital, com consultas de Senadores, Lideranças, Mesa, Comissões, Sessões e notificações de eventos legislativos, além de funcionalidades específicas para senadores
Portal normas.leg.br
O Portal normas.leg.br é uma iniciativa do Congresso Nacional para apresentar a evolução das normas de forma simples, informativa e transparente. O portal exibe a compilação estruturada das normas constitucionais, tais como a Constituição da República e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, do Código Civil, do Código de Processo Civil e também das normas federais com força de lei publicadas a partir de 2019. As normas federais com força de lei publicadas antes de 2019 são disponibilizadas apenas com a compilação convencional.
A compilação estruturada permite que você consulte qualquer versão da norma na linha do tempo, selecione o tipo de anotação que será apresentada no texto/sumário e visualize infográficos. No caso das normas constitucionais, é possível realizar a consulta contextual das Propostas de Emenda à Constituição (PECs)
Notícia: https://intranet.senado.leg.br/noticias/materias/2021/09/novo-portal-do-senado-e-camara-mostrara-evolucao-das-normas-juridicas
Notícia: https://intranet.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/normas-leg-uma-jornada-em-beneficio-do-parlamento-e-da-sociedade
Notícia: https://intranet.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/projetos-do-prodasen-servem-de-benchmark-para-o-ministerio-da-justica-de-israel
Dados Abertos: Acórdão 798/2020-TCU-Pleno
Aperfeiçoamentos aos sistemas de Dados Abertos para atendimento pleno ao Acórdão do TCU
SDR permanente:
Aprimoramento das ferramentas que compõe o Sistema de Deliberação Remota de modo a torná-lo passível de uso permanente
Viabilização do voto eletrônico remoto de senadores por meio de novos sistemas de Votação Eletrônica de Comissões e de Plenário
Notícia: https://intranet.senado.leg.br/noticias/materias/2021/03/sdr-completa-um-ano-de-eficiencia-com-reconhecimento-internacional
Notícia: https://intranet.senado.leg.br/noticias/materias/2021/02/senado-inaugura-placa-comemorativa-do-sistema-de-deliberacao-remota
Diários: Fase 2
Projeto em andamento entregou funcionalidades importantes de automação da produção dos Diários do Senado Federal e do Congresso Nacional que resultaram em uma melhoria significativa de produtividade e qualidade desta atividade realizada no âmbito da SEADI. O trabalho de montagem dos diários passou a ser feito inteiramente no sistema e-Diários de maneira muito mais simples que o método anterior e com a automatização de diversas tarefas.
Ente: Novo Parlam
Projeto em andamento entregou funcionalidades importantes de cadastro de parlamentar, Representação partidária e Lideranças de Partido, Bloco, Maioria, Mandatos, Exercícios, Suplentes e Posse Conjunta
Aperfeiçoamentos gerais nas funcionalidades do sistema e no processo de trabalho das unidades envolvidas, como nova versão do Quadro de Comparecimento, entre outros

PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS E IMPACTOS)

Legis: Gestão de processos e documentos digitais arquivísticos

Projeto em andamento já entregou funcionalidades importantes para a gestão arquivística de processos e documentos legislativos:

Número de protocolo para qualquer documento

Reordenação dos documentos em um processo

Desentranhamento de documentos de um processo

Movimentação eletrônica de documentos avulsos

Gestão de originais físicos, com registro de movimentação e localização

Legis: CMO

O projeto "Legis: CMO" visa aprimorar a gestão e a integração de processos de trabalho da Comissão Mista e Orçamentos. Trata-se de um trabalho realizado em conjunto com o Grupo de Trabalho Permanente entre Senado Federal e Câmara dos Deputados, conforme Ato Conjunto entre o Secretário-Geral do Senado Federal e o Secretário-Geral da Câmara nº 1, de 2017. Dentre outros avanços no período, o recurso para registro de emendas a relatórios do Orçamento simplifica e melhor organiza a gestão do processo orçamentário no sistema Legis.

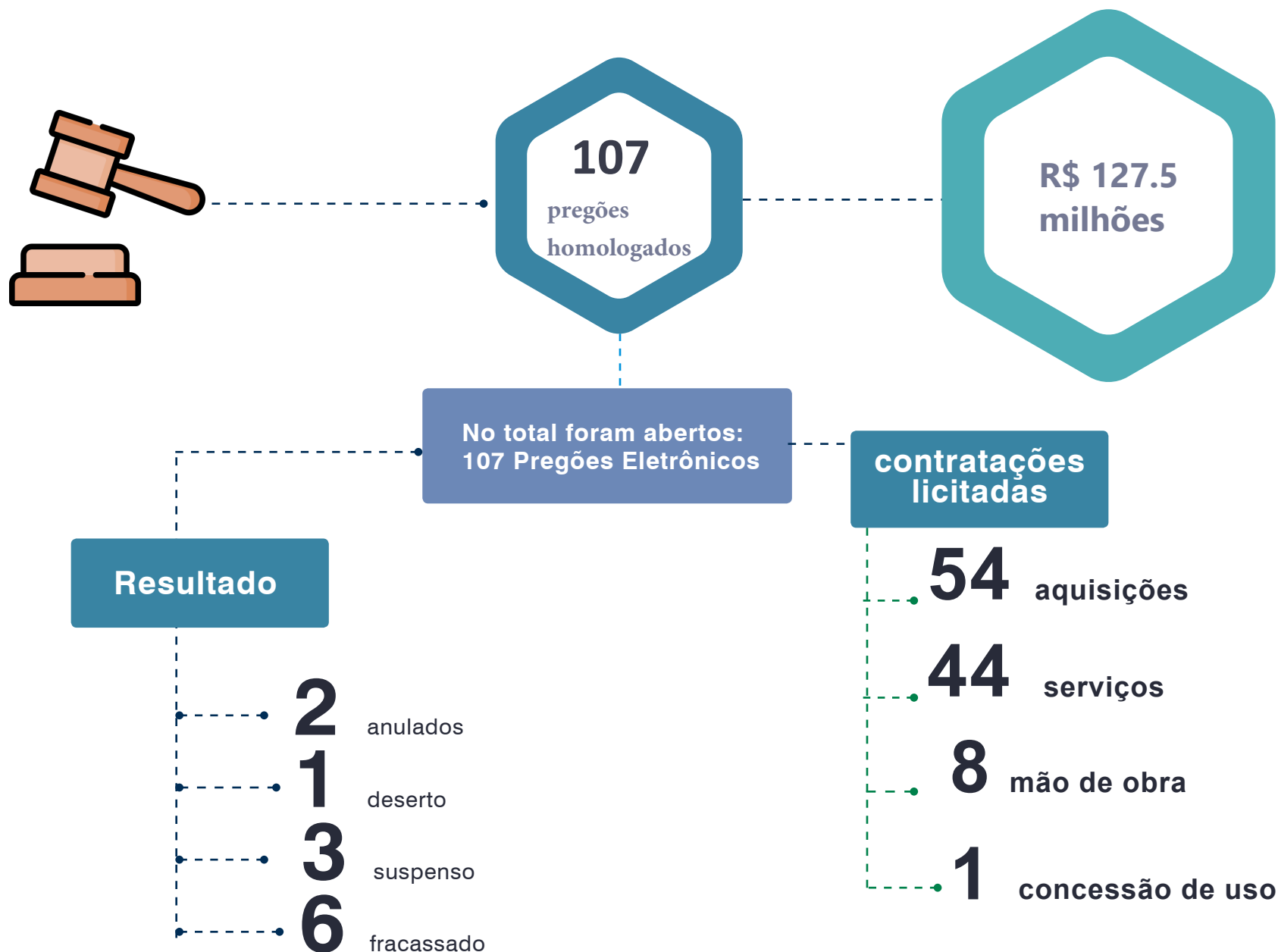
Sistema Disse

Ampla revisão do sistema de tratamento de Discursos com a inclusão da Classificação Unificada de discursos, matérias e normas, tratamento ampliado do Uso da Palavra, novas informações em Dados Abertos e portais e aperfeiçoamentos gerais para racionalização de processos de trabalho

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Entre as “Contratações Diretas” realizadas, destaca-se que em 2021 o Senado Federal continuou atento às dificuldades impostas pela pandemia do Coronavírus e envidou esforços para a proteção da saúde de todos os colaboradores com a permanência do funcionamento parlamentar. Dessa forma, a área tecnológica legislativa da Casa promoveu a sustentação dos serviços relacionados ao uso do SDR (Sistema de Deliberação Remota), possibilitando o voto à distância, combinada com a manutenção preventiva e corretiva do SVE (Sistema de Votação Eletrônica) do Senado Federal. A prestação dos serviços no valor de R\$ 994.013,40 possui a vigência de 30 (trinta) meses consecutivos, sendo executada pela empresa VISUAL SISTEMAS ELETRÔNICOS LTDA., única fornecedora do referido objeto e, portanto, fundamentada no Inciso I do art. 25 da lei nº 8.666/93.

Não foram realizadas contratações “emergenciais” em 2021, fato que demonstra a melhoria contínua do planejamento administrativo relacionado às contratações da Casa.



* Alguns valores contratados só serão totalmente executados nos próximos exercícios financeiros.

R\$ 4,4
milhões

58
contratações
diretas

DISPENSAS DE LICITAÇÃO	QUANTIDADE	VALORES (R\$)
Remanescentes - 24, XI	0	-
Baixo valor - 24, II	12	54.303
Serviços prestados por órgão ou entidade da Administração Pública - 24, VIII	1	7.000
Sem fins lucrativos - 24, XIII	1	14.288
Portadores de deficiência - 24, XX	0	-
Emergenciais - 24, IV	0	-
Licitação frustrada - 24, VII	1	81.600
TOTAIS	15	157.191

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	QUANTIDADE	VALORES (R\$)
Art. 25, caput	11	1.803.414,
Art. 25, i	18	2.311.245
Art. 25, ii	14	109.898
Art. 25, iii	0	-
TOTAIS	43	4.224.557

FERRAMENTAS DE APOIO GERENCIAL

Em mais um ano de pandemia, com dificuldades e incertezas, a área de contratações da Casa pôde comemorar o sucesso do treinamento realizado durante o mês de Agosto/2021. Durante seis dias, o “Workshop de Contratações”, organizado totalmente on-line pela DIRECON (Diretoria-Executiva de Contratações) e SADCON (Secretaria de Administração de Contratações), em parceria com a DGER (Diretoria-Geral), SAFIN (Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade) e PRODASEN (Secretaria Especial de Informática), obteve a participação de mais de 300 pessoas lotadas em 20 diferentes áreas da Casa. O evento superou todas as expectativas. Nas palestras ministradas por servidores de diversas áreas de contratações do próprio Senado Federal, foram contabilizados mais de 140 alunos/participantes on-line e, em alguns dias, registrados picos de mais de 200 acessos simultâneos.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

A evolução constante da sistematização dos procedimentos de contratações permanece como prioridade da gestão. Nesse caso, podemos citar o aprimoramento dos módulos do Sistema Integrado de Contratações (SENiC) e, em parceria com o PRODASEN, o aperfeiçoamento dos repositórios centrais de informações (DW - Data Warehouse) referentes às contratações da Casa. Essas ações buscam atender aos elementos estratégicos, os resultados-chave e aos indicadores a serem acompanhados e perseguidos pela Alta Administração do Senado Federal até o ano de 2023 (Ato Conjunto nº 1/2021 - SGM (Secretaria-Geral da Mesa) e DGER), propiciando uma análise mais apurada dos dados provenientes de diferentes sistemas para a tomada de decisões mais adequadas, bem como a melhoria dos processos de trabalho com a automatização dos fluxos de aditamentos contratuais.

Em 2022, observando a realidade e os efeitos causados pelo cenário da pandemia de COVID-19, a SADCON planeja dar continuidade aos planos de gestão baseados em métricas de desempenho já em funcionamento em alguns setores, sendo ampliados para a Coordenação de Compras Diretas e nos demais serviços da Coordenação de Planejamento e Controle de Contratações. A ideia é promover ações e alternativas de apoio à atual diretriz de redução de custos conduzida pela Alta Administração da Casa, implementando, se possível, modelos híbridos de trabalho a fim de readequar, portanto, a gestão pública às demandas da sociedade por maior eficiência e controle no desempenho de seus servidores, combinada com a transparência de gastos públicos.

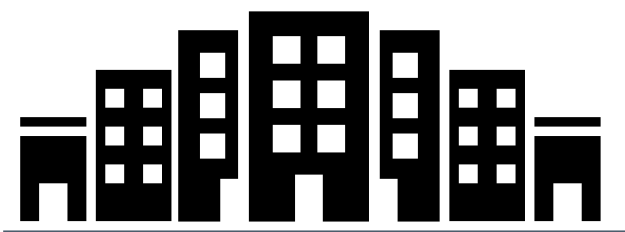
E ainda, com o advento da Lei nº 14.133/2021, sancionada em 1º de abril de 2021, estabelecendo normas gerais de licitação e contratação para a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, sem dúvida, a modernização do normativo interno de regras procedimentais de contratações à luz da nova Lei de Licitações será um dos maiores desafios enfrentados pela área de contratações em 2022. A esse respeito, já foram iniciadas algumas ações como a criação do “Comitê de Acompanhamento de Implementação da Nova Lei de Licitações” (CAINLLSF) que, em parceria com a DIRECON, DGER e ILB (Instituto Legislativo Brasileiro), realizou durante os meses de maio, junho e julho de 2021, ciclos de palestras virtuais com profissionais renomados na área de contratações, e no último mês de novembro, ofertou o curso on-line “Compreendendo a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos: análise estrutural da Lei nº 14.133/2021”. Essa última capacitação teve como foco os gestores do Poder Legislativo e foi ministrada pelo coordenador do comitê, Victor Amorim, por meio da plataforma Microsoft Teams.

GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

CONFORMIDADE LEGAL

A gestão patrimonial, inclusive a administração dos imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade do Senado Federal, encontra-se disciplinada por meio das seguintes normas e demais instrumentos legais que regem a gestão patrimonial na Administração Pública.

- *Constituição Federal de 1988, artigo 70*
- *Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964*
- *Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018*
- *Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2015 (09/07/2015)*
- *Ato da Comissão Diretora nº 19, de 2014 (29/12/2014)*



CONTRATO	OBJETO	LINK PARA ACESSO
CT 20/2017	Prestação de serviços de locação de veículos, no Distrito Federal - DF, sem motorista e com fornecimento de combustível, incluindo a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos, lavagem automotiva, seguros e taxas, visando o atendimento às atividades do Senado Federal.	< https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/4062 >
CT 27/2017	Prestação de serviços de motorista, ajudante e atendente, visando a condução de veículos e na operação de atividades de transporte necessárias ao atendimento às atividades do Senado Federal.	< https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/4064 >
CT 48/2017	Prestação de serviços de locação de veículos automotores para o Senado Federal, sem motorista, incluindo manutenção preventiva e corretiva dos veículos, fornecimento de combustível, lavagem automotiva, seguros, impostos e taxas, visando o atendimento ao Senhor Presidente e sua segurança pessoal, Senhores Senadores da República, Diretor(a) Geral e Secretário(a) Geral da Mesa Diretora, em deslocamentos no Distrito Federal.	< https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/4134 >
CT 015/2019	Prestação de serviços de programação, operação e manutenção dos PABX, da marca Ericsson, modelo MX-ONE e periféricos, incluindo o fornecimento de mão de obra residente e mediante o ressarcimento tabelado de peças/componentes utilizados, assim como o regime de plantão.	< https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/4614 >
CT 53/2019	Prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização, com o fornecimento de mão de obra, todo o material de consumo, insumos e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços.	< https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/4727 >
CT 73/2019	Prestação de serviços de locação de veículos automotores, sem motorista, com combustível e com lavagem automotiva, visando o atendimento às atividades policiais da Secretaria de Polícia Legislativa.	< https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/4783 >
CT 003/2020	Prestação de serviços de telefonia, a partir de terminais móveis de voz e de dados, nas modalidades SMP e STFC, incluindo a disponibilização dos aparelhos telefônicos móveis em comodato.	< https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/4903 >
CT 049/2020	Prestação de serviços de instalação e reparação de redes telefônicas, no Conjunto Arquitetônico do Senado Federal.	< https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/4980 >
CT 051/2020	Prestação de serviços de operação e suporte na Central de Atendimento de Telecomunicações da Coordenação de Telecomunicações do Senado Federal - com a disponibilização de equipe técnica residente.	< https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/5059 >
CT 084/2020	Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC , a partir dos PABX MX-ONE 7, nas seguintes modalidades: Local (Fixo-Fixo e Fixo Móvel); Longa Distância Nacional - LDN (Fixo-Fixo e Fixo-Móvel); Longa Distância Internacional - LDI; Discagem Direta Gratuita - DDG; Serviço de Conexão à Internet - SCI - de alta velocidade e linhas diretas e linhas privadas de voz e dados.	< https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/5117 >
CT 108/2021	Prestação de serviços de motorista (sem veículo), ajudante e atendente para a condução dos veículos locados pelo Senado Federal, bem como os de sua propriedade, e operação de atividades de transporte.	< https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/5826 >

GESTÃO DE PESSOAS

CONFORMIDADE LEGAL

LEGISLAÇÃO APLICADA

O Senado Federal observa em seus processos administrativos referentes à Gestão de Pessoas os termos da Lei nº 8.112/90 e a Constituição Federal (CF), no capítulo que trata da Administração Pública, utilizando, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/99, que regula o Processo Administrativo, entre outras legislações correlatas a matérias específicas. Internamente, o principal norte na área administrativa é a Resolução nº 13, de 2018, promulgada pelo presidente da Casa, que consolida e ratifica as alterações promovidas na estrutura do Senado Federal e apresenta o Regulamento Administrativo do Senado Federal, em seu anexo.

Além desses norteadores basilares, a Alta Administração da Casa edita constantemente atos relativos à gestão de pessoal – Atos do Presidente, Atos do Primeiro-Secretário, Atos da Comissão Diretora, Atos da Diretoria-Geral –, que são publicados no Boletim Administrativo do Senado Federal – BASF, e amplamente divulgados aos gestores e servidores, tanto via e-mail, quanto em publicações na Intranet,

além de configurarem como fundamentação das decisões relativas a direitos dos servidores, também publicadas em meio oficial (BASF).

Em 2021, foram publicadas diversas normas referentes a pessoal ativo, dentre as quais destaca-se:

- Ato do Presidente nº 6, de 2021: extinguiu cargos comissionados e funções comissionadas para a criação da estrutura administrativa prevista no art. 66-B do Regimento Interno do Senado Federal;
- Ato da Comissão Diretora nº 6, de 2021: extinguiu 1 (um) cargo de Técnico Legislativo, especialidade Odontologia, e transformou 1 (um) cargo vago de Técnico Legislativo, especialidade Odontologia, em 1 (um) cargo de Técnico Legislativo, especialidade Administração;
- Ato da Comissão Diretora nº 11, de 2021: Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, consolidado pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 2018, para ajustar as regras de divulgação dos atos administrativos, o processo administrativo e a política de capacitação e desenvolvimento dos servidores do Senado Federal;
- Ato da Comissão Diretora nº 12, de 2021: Altera o Anexo IV do Regulamento Administrativo e o ADG 17/2021 que regulamentou o Anexo IV do Regulamento Administrativo do Senado Federal, que institui a Política de Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores do Senado Federal;
- Ato da Diretoria-Geral nº 17, de 2021: Regulamenta o

Anexo IV do Regulamento Administrativo do Senado Federal, que institui a Política de Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores do Senado Federal;

- Ato da Diretoria-Geral nº 24, de 2021: Regulamenta o art. 24 do Ato do Primeiro-Secretário nº 2, de 2017, para estabelecer normas para aprovação e acompanhamento de Planos de Gestão no Senado Federal;
- Ato da Diretoria-Geral nº 30, de 2021: Aprova o Plano de Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal 2021-2023.

Também merece destaque a edição de 17 (dezesete) Atos da Diretoria-Geral referentes à aprovação e revisão de Planos de Gestão, que estabelece metas setoriais e individuais para a área e os servidores, respectivamente.

Atos reguladores da forma de trabalho durante a pandemia

Em 2021, em relação à forma de trabalho e a frequência dos servidores, o Senado Federal continuou com o trabalho híbrido (presencial e à distância) e as regras de frequência adotadas em 2020, normas publicadas com o objetivo de preservar a saúde dos colaboradores e a assegurar a continuidade do trabalho.

Merecem relevo algumas normas publicadas em 2020 e vigentes em 2021, em razão da pandemia, bem como normas de 2021 sobre o assunto:

- Ato do Presidente do Senado nº 2, de 2020: Dispõe sobre os procedimentos e regras para fins de prevenção da transmissão do Covid-19 no âmbito do Senado Federal.
- Ato do Presidente do Senado nº 6, de 2020: Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da situação de calamidade pública decorrente do novo Coronavírus e dá outras providências.
- Ato do Primeiro Secretário nº 7, de 2020: Autoriza a realização de reuniões, mediante ferramentas de videoconferência, pelas comissões de sindicância e de processo administrativo disciplinar.
- Ato do Primeiro Secretário nº 3, de 2020: Regulamenta a apuração do serviço extraordinário no Senado Federal durante a vigência dos procedimentos e regras para fins de prevenção da transmissão do Covid-19 no âmbito do Senado Federal.
- Ato da Diretoria-Geral nº 17, de 2020: Regulamenta o processo seletivo de estagiários para o Programa de Estágios do Senado Federal, previsto no art. 18 do Ato da Comissão Diretora nº 11, de 2015, durante a vigência do Ato do Presidente do Senado Federal nº 3, de 2020, que estabelece medidas de prevenção e contenção da COVID-19, no âmbito do Senado Federal.

PRINCIPAIS AÇÕES DE SUPERVISÃO, CONTROLE E DE CORREIÇÃO

As ações de supervisão, controle e de correção realizadas pelo Senado Federal compreendem várias áreas de atuação. Os procedimentos disciplinares são trabalhados pelo Serviço de Apoio a Comissões Processantes, unidade subordinada à Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGP), onde são analisados os processos administrativos disciplinares e outros procedimentos disciplinares. Outros temas tratados dentro deste tópico são: Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Corregedoria Parlamentar, Conselho de Transparência e Controle Social, Conselho de Comunicação Social, Ouvidoria do Senado Federal, Comitê Gestor do Site do Senado Federal, Comitê de Contratações e o Comitê de Governança de TI.

Todas essas ações e informações a respeito da supervisão, controle e correção do Senado podem ser acessados pelo link <https://www12.senado.leg.br/transparencia/prestacao-de-contas/paginas/acoes-de-supervisao-controle-e-de-correicao-1>

CESSÕES DE SERVIDORES

CESSÃO DA INFRAERO PARA O SENADO FEDERAL

Conforme Portaria do Ministério da Economia nº 24, de 17 de janeiro de 2020, embasada no § 7º do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e no Decreto nº 9.144, de 22 de agosto de 2017, o Senado Federal, ao final de 2021, contava com 36 servidores da INFRAERO em seu quadro de pessoal.



ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O GDF

O Senado Federal firmou em 2013 com o Governo do Distrito Federal o Acordo de Cooperação Técnica nº 006/2013 com objetivo de racionalizar as despesas com pessoal de ambos os órgãos, permitindo ao Senado receber mão-de-obra qualificada nas áreas de tecnologia da informação, gestão de políticas públicas e manutenção predial, tendo em contrapartida, a cessão de servidores de sua estrutura de serviço médico para reforçar o atendimento à saúde da população do Distrito Federal.



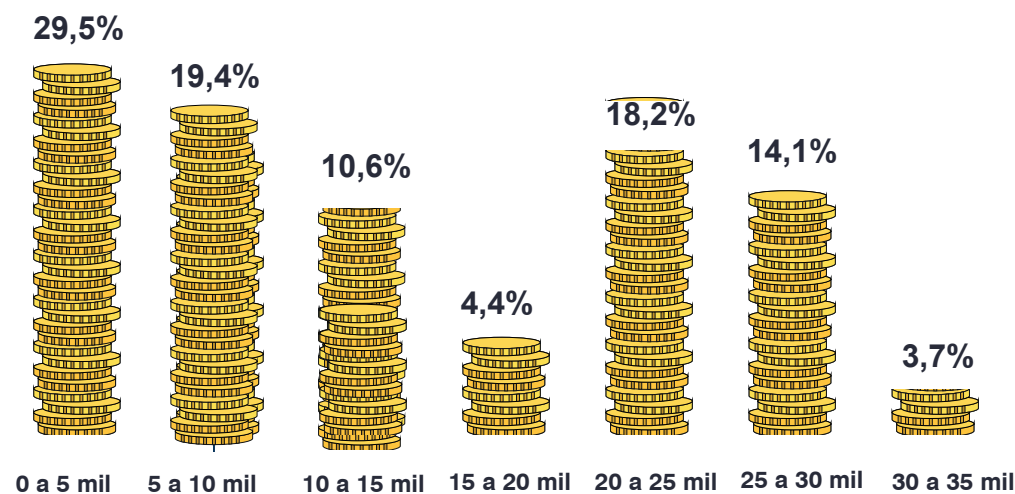
http://www.senado.leg.br/transparencia/LAI/secrh/gdf_dispon_senado_pdf.pdf



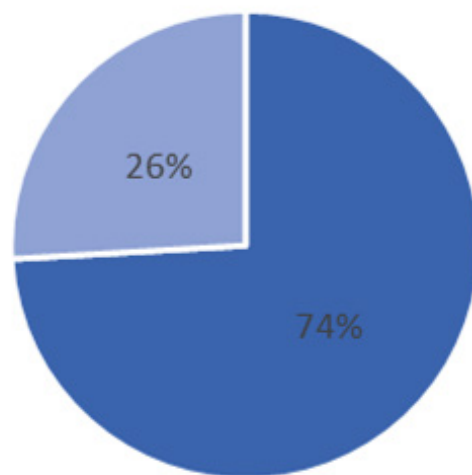
http://www.senado.leg.br/transparencia/LAI/secrh/disponibilizados_gdf_pdf.pdf

DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR FAIXA SALARIAL

As faixas salariais consideram somente as verbas permanentes do cargo sem a contabilização de eventuais vantagens pessoais não previstas no plano de carreira. As informações remuneratórias dos servidores podem ser obtidas no site do Senado Federal, “Transparência – Gestão de Pessoas – Estrutura Remuneratória ou via link <https://www12.senado.leg.br/transparencia/rh/estrutura-remuneratoria>



DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES ENTRE ÁREA FIM E ÁREA MEIO



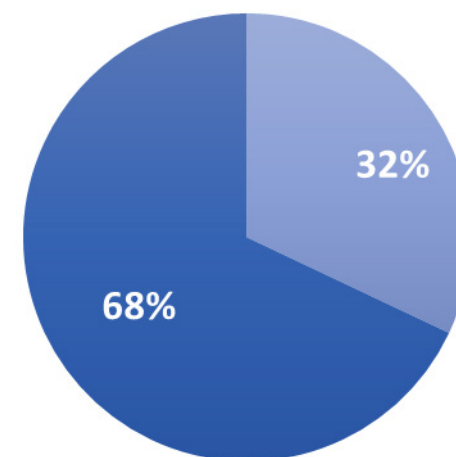
■ Área FIM ■ Área MEIO

4.469 **1.564**

Fonte: Galileu. Painel de Administração

DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR SITUAÇÃO FUNCIONAL

Além dos cargos efetivos com seleção por meio de concurso público, há ainda os cargos de provimento em comissão, que se destinam ao atendimento das atividades de assessoramento técnico, vinculadas aos gabinetes parlamentares, e de outras necessidades específicas do Senado Federal e de seu Órgão Supervisionado.



■ Efetivos ■ Comissionados

1.932 **4.101**

Fonte: Aplicativo Galileu - DashboardsindicadoresRHqvw – referência 31/12/2021

DISTRIBUIÇÃO POR CATEGORIA DA CARREIRA DOS SERVIDORES EFETIVOS

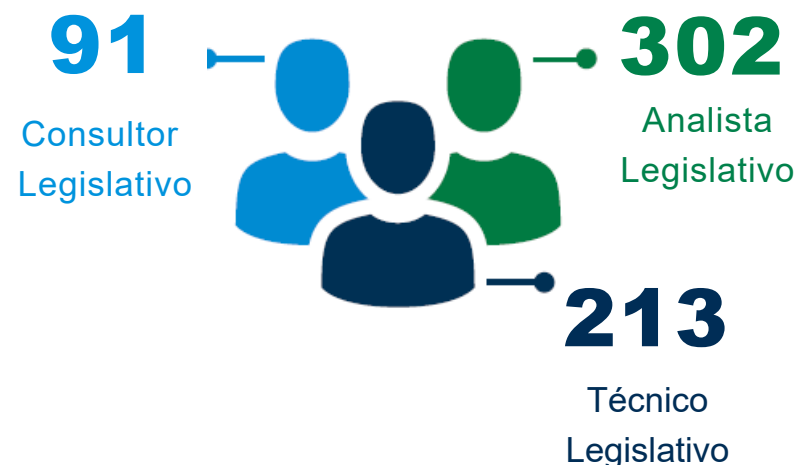
A Carreira dos Servidores do Senado Federal consiste na especialização em atividades legislativas para execução das funções de apoio técnico legislativo e administrativo, controle interno, consultoria jurídica, assessoramento legislativo, apoio técnico ao processo de indústria gráfica e em informática e processamento de dados.

Analista Legislativo	845
Técnico Legislativo	797
Consultor Legislativo	226
Auxiliar Legislativo	30
Advogado	30
Secretário parlamentar	4
TOTAL	1.932

Fonte: Galileu. Painel de Administração

PROCESSO SELETIVO

A seleção para provimento de cargos efetivos ocorre por concurso público, nos moldes previstos na Constituição Federal e na Lei no 8.112/90. Os últimos concursos ocorreram em 2008 e 2012. Até 31/12/2021, foram nomeados e tomaram posse 606 servidores aprovados no certame de 2012.



Fonte: Relatório do Ergon extraído em 03/01/2022. Data referência 31/12/2021

EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL

Podem ser apontadas duas razões para mudança na configuração da despesa de pessoal do Senado Federal em 2021:

- Crescimento vegetativo de 1,87% da folha de pagamento dos servidores ativos;
- Falecimento de aposentados e pensionistas civis;



DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL

Despesas com servidores ativos – inclui senadores

Vantagens fixas	Patronal	Exercício anterior
74,58%	17,93%	00,05%
Vantagens variáveis	Gratificação Natalina	Pessoal requisitado
0,98%	5,94%	0,52%

Despesas com pensionistas

Vantagens fixas	Gratificação Natalina	Exercício anterior
92,22%	7,68%	0,10%

Despesas com aposentados

Vantagens fixas	Gratificação Natalina
92,08%	7,58%
Exercício anterior	
0,07%	

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Gratificação de desempenho

Lei nº 12.300/2010 – Resolução do Senado nº 69/2012

A Gratificação de Desempenho do Senado Federal (GDSF) é constituída pelo somatório de 60% do vencimento básico do cargo ocupado pelo servidor (parcela fixa), acrescido do valor referente a parcela avaliativa, apurada no ciclo de avaliação de desempenho imediatamente anterior, correspondendo a, no máximo 40% do vencimento básico do cargo ocupado pelo servidor (parte variável). A avaliação possui periodicidade semestral e se aplica a servidores efetivos e comissionados. A avaliação de desempenho referente a parcela variável encontra-se suspensa.

Progressão funcional

Ato da Comissão Diretora nº 35/1991

O desempenho funcional do servidor ocupante de cargo efetivo é avaliado a cada 12 meses. Durante o estágio probatório não há progressão. Findo o período de 36 meses e aprovado o servidor, a progressão será referente a três níveis, pois o período é reconhecido para fins de interstício, ainda que sem direito a efeitos financeiros retroativos.

Estágio probatório

Atos do Presidente nº 252 e 354/1993

O desempenho do servidor no cargo é avaliado a cada três meses, durante 12 trimestres consecutivos (três anos), a partir da entrada em exercício. A 11ª e a 12ª avaliações são feitas com base no cálculo da média dos pontos obtidos nos trimestres anteriores. São avaliados aspectos relativos à assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade.

REESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE DOS SERVIDORES DO SF

Um grande esforço foi feito na coordenação de oito diferentes projetos que fizeram parte do Programa de Reestruturação do Plano de Saúde dos servidores, que agora passa a ter uma rede credenciada própria, que se soma à então exclusiva rede do Saúde Caixa.

Esse credenciamento próprio de hospitais, serviços e profissionais de saúde, intensificado em 2021, permite uma transparência e precisão aos serviços ofertados, maior rapidez nas autorizações, maior controle, e se somou uma estratégia de comunicação e relacionamento mais intensos e aprimorados com os nossos beneficiários.

COMUNIDADE INTERPODERES

O Senado Federal seguiu participando das reuniões da Comunidade de Gestão de Pessoas Interpoderes. O grupo, que se destina a promover a cooperação técnica, científica e educacional da área, reuniu-se por três vezes durante o exercício de 2021.

Espera-se que a intensificação do compartilhamento de boas práticas e o diálogo entre os órgãos representados permitam a adoção de soluções ainda mais eficazes e eficientes na gestão de pessoas, sobretudo em face dos novos desafios que se impuseram pela reinvenção das formas de trabalho.

MBA EM GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO

Concluído com êxito em julho de 2021, o curso MBA em Gestão de Pessoas no Setor Público em contrato com a UnB, incentivado pela Alta Direção, articulado por esta Secretaria de Gestão de Pessoas, formou uma turma de profissionais do Senado no estado-da-arte das mais modernas técnicas e tecnologias de gestão de pessoas, com trabalhos finais dos alunos com aplicação direta em nossas políticas e processos.

AÇÕES VOLTADAS À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

O Senado Federal realizou as seguintes ações na área de saúde e qualidade de vida do servidor em 2021:

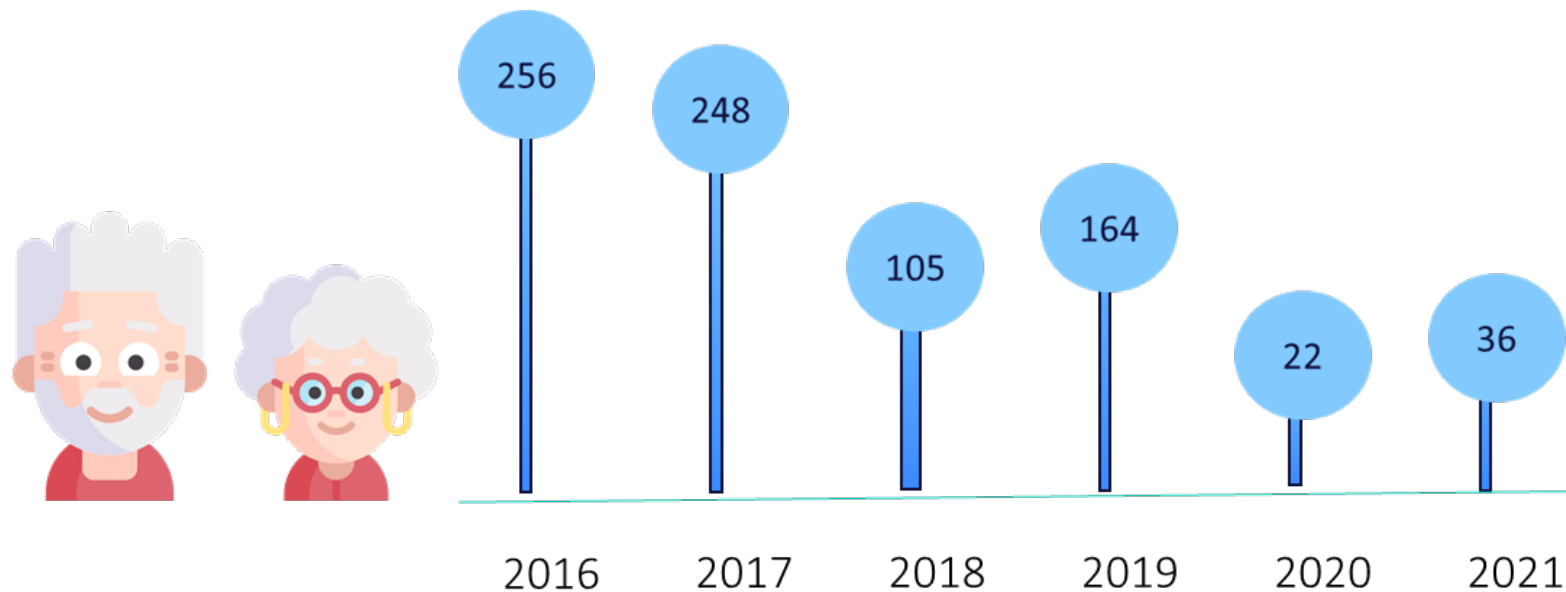
- Vacinas aplicadas: 3.100
- Testes RT-PCR para COVID-19: 26.318
- Grupo Reflexivo sobre masculinidades: 7 encontros
- Rodas de conversa: 7 eventos (temas variados: pressão estética, corpo e alimentação, valorização da população negra, combate à violência contra a mulher, saúde mental, trabalho à distância no Senado, assédio)
- Cinedebate: O poder da generosidade (Filme: Um inverno em Nova York)
- Grupo Atravessando juntos a pandemia (grupo de apoio durante a pandemia): 4 encontros
- atendimentos psicológicos: 1.371
- atendimentos sociais: 27
- atendimentos nutricionais: 52
- Aulas de treinamento funcional online: 175 horas aula.
- Contribuições para a intranet ou outras mídias com temas de saúde: 10
- Apresentações de clima organizacional: 7
- Apresentações de temas de saúde para o Comitê de Equidade: 2
- Grupos focais de clima organizacional: 4 encontros
- Oficina com controladores de operações da Rádio e da TV Senado: 3 encontros

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

RECOMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

O Senado Federal vem convivendo nos últimos anos com um significativo volume de aposentadorias. Estima-se que, até o final de 2022, 347 servidores estejam em condições de aposentadoria, seja por tempo de serviço, seja pelo atingimento do limite de idade ou seja por estar em condição de abono permanência.

Para minimizar o impacto dessa redução, está em andamento o projeto estratégico de “remodelagem e automação dos processos de recursos humanos”, com foco na crescente melhoria e automação de processos.



Por fim, o Ato conjunto nº1/2021 da Secretaria Geral da Mesa e da Diretoria-Geral do Senado determinou os seguintes resultados-chave, ligados à Secretaria de Gestão de Pessoas, para consecução dos objetivos estratégicos institucionais, para o período de 2021 a 2023:

- Publicação de uma nova política de capacitação dos servidores do Senado Federal
- Implantação de uma Central de Atendimento ao Servidor, com unificação e qualificação dos atendimentos da área de pessoal e de saúde
- Ampliação da rede credenciada própria do plano de saúde dos servidores e parlamentares.
- Desenvolvimento de um aplicativo (APP) para utilização do plano de saúde - SIS
- Implantação de um sistema de plano de desenvolvimento individual dos servidores, para um melhor desempenho da força de trabalho

GESTÃO DE CUSTOS

O Senado Federal aceitou o convite para aderir ao Sistema de Custos do Governo Federal, por meio do Ofício nº 284/2012-PRESID enviado em 05/06/2012 ao Ministro de Estado da Fazenda, em conformidade com o art. 50, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e Portaria STN nº 157, de 9 de março de 2011.

Entretanto, no âmbito da Casa Legislativa, ainda se encontra em estudo a regulamentação das diretrizes e dos indicadores para a complementação do sistema, limitando-se o controle aos parâmetros de UGR, que permite certo nível de agregação dos gastos.

Dotação atualizada e despesas empenhadas por Programa - 2021		
Programas	Valor autorizado (R\$)	Valor empenhado (R\$)
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER LEGISLATIVO	4.615.607.016	4.410.633.584
OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS E ENTIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS	1.396.702	1.239.393
RESERVA DE CONTINGENCIA	14.045.488	-
TOTAL	4.631.049.206	4.411.872.977

A Reserva de Contingência abarcou as programações orçamentárias destinadas ao atendimento das despesas primárias e financeiras que decorreriam de provimentos de cargos efetivos, o que não ocorreu no exercício de 2021.

Fonte: Tesouro Gerencial

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Gestão Orçamentária e Financeira

A execução orçamentária e financeira do Senado Federal no exercício de 2021, inclusive os destaque concedidos e recebidos, está retratada nos quadros que podem ser acessados por meio do link <https://www12.senado.leg.br/transparencia/prestacao-de-contas/paginas/gestao-contabil-orcamentaria-e-financeira>. Esses dados abrangem a execução por Unidades Gestoras (UG) externas dos valores descentralizados.

Execução orçamentária e financeira

Os dados relativos aos valores empenhados e pagos, incluindo restos a pagar inscritos em exercícios anteriores, a partir de créditos orçamentários alocados em favor do Senado Federal na Lei Orçamentária Anual – LOA encontram-se disponíveis no link <https://www.senado.gov.br/bi-arqs/Arquimedes/Financeiro/2021ExecucaoOrcamentariaEFinanceira.pdf>.

Tendo em vista o que dispõe o Manual Técnico de Orçamento – MTO, as despesas ao longo do exercício de 2021 subdividem-se nos seguintes grupos:

- **Pessoal e Encargos Sociais (Grupo de Natureza de Despesa - GND 1):** despesas orçamentárias com pessoal ativo, inativo e pensionistas, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, conforme estabelece o caput do art. 18 da Lei Complementar 101, de 2000.

O valor total empenhado nesse GND foi de R\$ 3.737.865.293,85, que corresponde a 84,64% do valor comprometido à conta do orçamento de 2021.

- **Outras Despesas Correntes (GND 3):** despesas orçamentárias necessárias à manutenção e ao funcionamento da Casa, dentro das quais incluem-se os auxílios pagos aos servidores (auxílio alimentação, pré-escolar, transporte, funeral, natalidade e assistência médica e odontológica).

O valor total empenhado nesse GND foi de R\$ 661.132.112,44, que corresponde a 14,97% do valor comprometido à conta do orçamento de 2021. A parcela de R\$ 310.934.645,99 refere-se ao pagamento de benefícios aos servidores (que são despesas consideradas obrigatórias) e de R\$ 350.197.466,45 destinou-se aos gastos de manutenção e funcionamento do Senado Federal, gastos classificados como discricionários.

● Investimentos (GND 4): despesas orçamentárias com aquisição e desenvolvimento de softwares, planejamento e execução de obras, aquisição de equipamentos e de material permanente.

O valor total empenhado nesse GND foi de R\$ 17.165.903,59, que corresponde a 0,39% do valor comprometido à conta do orçamento de 2021.

Sobre a soma dos valores pagos de despesas primárias naquele ano (classificadas com o código de Resultado Primário igual a 1 ou 2), apurou-se que o total das despesas pagas, incluindo restos a pagar pagos, totalizou R\$ 4.221.317.387,00, o que corresponde ao percentual de 93,01% do limite calculado a partir das regras impostas pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016 (R\$ 4.538.770.955,00).

Destaca-se ainda que, para fins de adequação da execução ao longo do exercício, foram realizadas alterações orçamentárias sem que houvesse ampliação do montante total autorizado para despesas primárias.

Além disso, conforme Relatórios de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, não houve limitação de empenho e movimentação Financeira no âmbito do Senado Federal no exercício de 2021.

Outras informações sobre orçamento e finanças do Senado podem ser encontradas no link <https://www12.senado.leg.br/transparencia/orcamento-e-financas/orcamento-e-financas> .

Destques orçamentários recebidos pelo Senado Federal

Dentre os destaques orçamentários estão os valores recebidos pelo Senado Federal em virtude da disponibilização do Sistema de Gerenciamento da Informação da Rede Virtual de Bibliotecas do Senado Federal (RVBI), da utilização do parque gráfico, da manutenção do Centro de Transmissão de Rádio e Televisão do Congresso Nacional/STF e da ocupação de espaços da Casa, em especial de

imóveis funcionais por autoridades de outros órgãos. <https://www.senado.gov.br/bi-arqs/Arquimedes/Financeiro/2021DestquesRecebidosPeloSenadoFederal.pdf>

Além disso, também podem ser verificados os valores que foram empenhados e pagos pelo Senado Federal para atendimento de despesas atinentes aos objetos citados acima, discriminados por órgão repassador, grupo de natureza de despesa (GND) e elemento de despesa.

Conforme dispõe o Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, os destaques orçamentários são amparados por Termos de Execução Descentralizada (TED), publicados no Portal da Transparência do Senado Federal. Essa formalização é dispensável em situações cujo valor não ultrapasse R\$ 176.000,00 ou quando se trata de ressarcimento de despesas.

Destques orçamentários concedidos pelo Senado Federal

Por outro lado, existem os destaques relacionados aos valores concedidos pelo Senado Federal, dentre os quais ressalta-se o de Termo de Execução Descentralizada (TED) celebrado junto à Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG cujo objeto consiste no desenvolvimento do projeto de pesquisa “Itinerários Virtuais da Independência”. <https://www.senado.gov.br/bi-arqs/Arquimedes/Financeiro/2021DestquesConcedidosPeloSenadoFederal.pdf>

Podem ser verificados, também, os valores que foram empenhados e pagos, por órgão recebedor, grupo de natureza de despesa (GND) e elemento de despesa.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6

CAPÍTULO

DECLARAÇÃO DO CONTADOR, LUIZ HENRIQUE DE PAIVA MARQUES



A Coordenação de Contabilidade – CONTAB, de acordo com o art. 218, §2º, inciso V do Regulamento Administrativo do Senado Federal, integra a estrutura da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade – SAFIN e exerce a competência de órgão setorial de contabilidade do Senado Federal. O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis consolidadas desta Casa do Poder Legislativo.

O registro da conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial é efetuado mensalmente pela Coordenação de Contabilidade – CONTAB, após a verificação dos demonstrativos contábeis e balancetes, com fundamento nos Princípios e Normas Contábeis aplicáveis ao setor público, bem como na Conformidade dos Registros de Gestão, no Plano de Contas da União, no Manual SIAFI e em outros instrumentos que subsidiam o processo de análise. Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI, que é o sistema do Governo Federal onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, apontando possíveis situações que causem inconsistências ou desequilíbrios nas informações contábeis.

O contador responsável não exerce quaisquer funções conflitantes com sua atividade de realizar a conformidade contábil, como por exemplo: autorizar, aprovar e executar registros de gestão ou ainda efetuar a conformidade de registro de gestão, obedecendo assim ao princípio de segregação de função.

As Demonstrações Contábeis do Senado Federal são as seguintes:

- Balanço Patrimonial – evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, ou seja, o Ativo (bens e direitos) em confronto com o Passivo (Obrigações) e o Patrimônio Líquido (Ativo versus Passivo).
- Balanço Orçamentário – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada.
- Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro do órgão no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas.
- Demonstração das Variações Patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto

das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas). O valor apurado, superávit ou déficit, passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial do exercício.

● Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – divulga as variações do patrimônio líquido, bem como sua evolução no período.

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e o Manual SIAFI.

Avanços

Cabe ressaltar que no exercício de 2021 tivemos avanços substanciais na qualidade das informações contábeis do Senado Federal, dentre elas destacamos as seguintes:

● Melhoria na qualidade das informações complementares bem como detalhamento de itens adicionais prestados através das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Senado Federal, tornando-as mais aderentes com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e com a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TSP 11, proporcionando ao usuário da informação maior compreensão a respeito da situação orçamentária, financeira e patrimonial do Senado Federal.

● Reavaliação dos imóveis do Senado Federal cadastrados no Sistema SPIUNET, utilizando-se o CUB médio para março/2021 divulgado pelo SINDUSCON além do Relatório Final da Comissão Permanente de Reavaliação, resultando em um acréscimo de R\$ 1.350.750.785,33 ao valor do patrimônio imobiliário do Senado Federal.

● Aprimoração do cálculo de Ajustes para Perdas Estimadas tornando-as mais aderentes com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

● Individualização do controle por conta corrente da conta 897112100-CONTROLE PROVISÃO DE ENCARGOS TRABALHISTAS indicando o contrato a que se referem, permitindo assim um controle mais apurado dos valores retidos de DGBM - Depósitos em Garantia Bloqueados para Movimentação.

● Automatização de vários lançamentos contábeis através de carregamento de arquivo .XML no SIAFI WEB, otimizando a eficiência e eficácia dos registros contábeis, diminuindo assim os riscos por erro de digitação etc.

Declaração

Portanto, considerando os avanços realizados, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2021, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Senado Federal.

Brasília/DF, 14 de janeiro de 2022.

Luiz Henrique de Paiva Marques

CRC nº SP222053/0-O T-DF

Contador Responsável

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) estão disciplinadas na Parte V do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e têm como objetivo padronizar a estrutura e as definições dos elementos que compõem as Demonstrações, permitindo a evidenciação, análise e consolidação das contas públicas em âmbito nacional, além de permitir a comparabilidade tanto com as demonstrações de períodos anteriores quanto com as de outras entidades. O assunto também é normatizado pela NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis, e especialmente pela Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. As demais normas legais adotadas nas atividades orçamentárias, financeiras e contábeis são a Lei nº 8.666/93, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual, Decreto nº 93.872/1986 e Decreto 6.170/2007. Já em relação às normas técnicas, citamos o Manual Técnico de Orçamento – MTO e demais publicadas pelo Ministério da Economia que visaram disciplinar o processo orçamentário federal naquele exercício.

As demonstrações contábeis exigidas pelas normas aplicáveis ao Senado Federal, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas podem ser acessadas pelos seguintes links: <https://www12.senado.leg.br/transparencia/prestacao-de-contas/paginas/gestao-contabil-orcamentaria-e-financeira> e <https://www12.senado.leg.br/transparencia/orcamento-e-financas/demonstracoes-contabeis> .

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.**

_____. Senado Federal. **Manual de identidade visual.** Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/identidadevisual/>>. Acesso em: 18 abr. 2021.

_____. Tribunal de Contas da União. **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 84, DE 22 DE ABRIL DE 2021** Estabelece normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, para fins de julgamento pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 7º da Lei 8.443, de 1992, e revoga as Instruções Normativas TCU 63 e 72, de 1º de setembro de 2010 e de 15 de maio de 2013, respectivamente.

_____. Tribunal de Contas da União. **Decisão Normativa TCU 187/2020**, dispõe sobre a lista de unidades prestadoras de contas em relação ao exercício de 2020 e sobre regras complementares para o relatório de gestão e outros itens da prestação de contas;

_____. Tribunal de Contas da União. **Decisão Normativa TCU 188/2020** : define as unidades prestadoras de contas que terão processo de prestação de contas do exercício de 2020 formalizado para julgamento de contas dos responsáveis e estabelece regras complementares acerca da forma, dos prazos e dos conteúdos das peças de responsabilidade dos órgãos de controle interno e de instâncias supervisoras.

_____. Tribunal de Contas da União. **Guia de elaboração do Relatório de Gestão - 2021.**

_____. Tribunal de Contas da União. **Relatório de gestão na forma de relato integrado:** evolução da prestação de contas. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/>>. Acesso em: 31 mar. 2021.

LUPTON, Ellen; PHILLIPS, Jennifer Cole. **Novos fundamentos do design.** Tradução de Cristian Borges. São Paulo: Cosac Naify, 2008. 248 p.

PINTEREST. Disponível em: <<https://br.pinterest.com/>>. Acesso em: 3 abr. 2021.

COORDENAÇÃO

Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica

Gabriela Agostinho Borges

PROJETO GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Daniela Pereira Carvalho

PESQUISA, ORGANIZAÇÃO DO CONTEÚDO E IMAGENS

Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica

Daniela Pereira Carvalho

Matheus Medeiros Machado Carrion

Georgia Maria de Andrade Eufrasio